



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 132

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 132

125ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Mauro Moraes 15

Dep. Teruo Kato 16

Dep. Péricles de Mello 16

Dep. Artagão Júnior 19

Dep. Elio Rusch 20

Grande Expediente:

Dr. Álvaro Cabrini Júnior 12

Dep. Jocelito Canto 22

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 13

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 17

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 23

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

Redação Final 27

2ª Discussão 27

1ª Discussão 27

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 30

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 31

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico 33

Minutas de Contratos 33

DIÁRIO Nº 132

125ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Péricles de

Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo, Luiz Eduardo Cheida, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Tadeu Veneri (09).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi e Neivo Beraldin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 3484, 3485, 3486, 3487, 3488, 3489, 3490, 3493, 3495, 3500, 3508, 3509, 3510 e 3511/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 348/09 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, 337/09 do Deputado Nereu Moura, 312/09 da Deputada Luciana Rafagnin, 389/09 do Deputado Luiz Eduardo Cheida, 316/09 do Deputado Professor Lemos, 381/09 e 216/09 do Deputado Luiz Fernandes Litro, 342/09 do Deputado Jonas Guimarães, 311/09 da Deputada Luciana Rafagnin, 289/09 do Deputado Carlos Simões, 350/09 do Deputado Miltinho Puppio, 400/09 do Deputado Pastor Edson Praczyk, 347/09 do Deputado Augustinho Zucchi e 280/09 do Deputado Luiz Accorsi. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 666/09-SEMA/GS do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel que pede esclarecimentos sobre os valores de ICMS ecológicos repassados pelo Governo do Estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 03/11/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente nas Sessões Plenárias dos dias 13 e 26 do mês de outubro, devido ao fato de ter participado de compromissos assumidos anteriormente, nas referidas datas.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) CIDA BORGHETTI

OFÍCIO Nº 228/09

Curitiba, em 03/11/09.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 03/11/09 - hoje - por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando minha bases: eleitorais e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 910/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a construção de acostamento na rodovia PR-323, no trecho entre Paiçandu e Água Boa.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando das atribuições a que refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Sr. Governador Roberto Requião, e Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER que autorizem a construção de acostamento na rodovia PR-323, no trecho compreendido entre Paiçandu e a comunidade de Água Boa.

A construção deste acostamento se faz necessário em razão do alto índice de acidentes (grande parte deles, fatais) que tem ocorrido naquele trecho.

Ainda deve se levar em consideração o elevado número de veículos que transita nesse trecho diariamente, e, que usam a rodovia em questão.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 911/09

SÚMULA:

Pede ao Governador do Estado do Paraná e ao

Secretário de Segurança que seja autorizado o funcionamento no 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí de Escola de Formação de Soldados - EFS com 200 (duzentas) vagas.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Segurança Pública:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública o funcionamento de Escola de Formação de Soldados - EFS no 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí com 200 (duzentas) vagas, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O 8º Batalhão da Polícia Militar (BPM) atende 35 (trinta e cinco) Municípios no entorno de Paranavaí e região. Ocorre que nos últimos 15 (quinze) anos vários Soldados se desligaram da Corporação ou se aposentaram, o que diminuiu, significativamente, o número de policiais militares que trabalhavam no policiamento ostensivo e preventivo nos Municípios do Noroeste do Paraná.

Em consequência, os índices de violência, tráfico, contrabando, roubo, furtos etc. aumentaram nessa região e atingiram proporções alarmantes, o que acabou por criar uma atmosfera de permanente insegurança na população.

Diante desse quadro, é urgente fortalecer a presença do Estado nessa região, sob a pena de o crime organizado criar raízes e ocupar definitivamente os espaços públicos que compete ao Estado proteger, razão pela qual dirigimo-nos a V. Exas. para apresentar nossa justa solicitação de que passe a funcionar o 8º BPM uma nova Escola de Formação de Soldados, com 200 (duzentas) vagas.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Germino Bresolin, ocorrido no dia 28 de outubro do corrente, aos 76 anos.

O PMDB do Paraná perde um dos mais fiéis e antigos filiados. Foi Vereador, Administrador Distrital de Margarida e um dos maiores colaboradores no processo de desenvolvimento daquele Distrito.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 5297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Benedito Ferrari.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 5298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Walter Romão de Oliveira.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 5299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Florita de Almeida Martins.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 5300

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Seibu Kakazu, agricultor aposentado, com 95 anos de idade, no último dia 25 de outubro em Marialva.

Seibu Kakazu era filho do Sr. Kosei Kakazu, e da Sra. Usa Kakazu, e era viúvo da Sra. Kimie Kakazu. Deixa 06 (seis) filhos; Jorge M. Kakazu, Kioko Kakazu; Maria Kakazu; Tereza Kakazu; Olívia e Helena Kakazu. Deixa ainda 06 (seis) netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5301

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Mituo Nakanishi,

agricultor, com 76 anos de idade, no último dia 25 de outubro em Marialva.

Mituo Nakanishi era filho do Sr. Toiti Nakanishi, e da Sra. Asano Nakanishi, e deixa viúva a Sra. Yoko T. Nakanishi. Deixa 04 (quatro) filhos; Eliza Nakanishi, Hatsue Nakanishi e Oscar Nakanishi. Deixa ainda 07 (sete) netos e bisneto.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5302

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições que o Regimento Interno lhe concede, REQUER, que seja inserido nos Anais desta Casa de votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Walter Romão de Oliveira (PMDB), Prefeito Municipal de Porto Rico, vítima de um enfarto fulminante.

O Prefeito Municipal, abalado por acidente acontecido com seu filho que está internado em Curitiba, não resistiu e veio a falecer acometido de um enfarto violento.

A Cidade está consternada por ser o Prefeito pessoa muito querida na Cidade, onde alcançou 54% dos votos na última eleição.

À família enlutada os sinceros pêsames deste Parlamentar e da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5303

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Takeshi Narita, empresário, com 66 anos de idade, no último dia 25 de outubro em Maringá.

Takeshi Narita era filho do Sr. Kanchiro Narita, e da Sra. Hatsuo Narita. Deixa viúva a Sra. Alice Tiyoko Narita. Deixa 04 (quatro) filhos; Marcos Tadashi Narita; Marcio Kaneo Narita; Marcia Narita e Marcelo Yoshio Narita. Deixa ainda 06 (seis) netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5307

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de Walter Romão pelo seu falecimento, aos 54 anos, em 01/09/09.

Esta Casa reverencia a memória de Walter Romão, cuja vida de realizações como político e servidor de sua

comunidade de Porto Rico deixa um legado exemplar de serviço, dedicação e doação ao próximo. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à Mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Romão na pessoa de Jussara Maria Stachoviak.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 1 de novembro, do Prefeito do Município de Porto Rico Walter Romão de Oliveira.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 5311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Prefeito Municipal de Porto Rico, Sr. Walter Romão de Oliveira, ocorrido no último dia 01 de novembro, naquele Município.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 55 anos de idade faleceu o Sr. Walter Romão de Oliveira, Prefeito Municipal de Porto Rico. Deixou viúva a Sra. Jussara Maria Stachouviak, deixou ainda cinco filhos, 02 do primeiro casamento e 03 do segundo casamento.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Walter Romão Oliveira, nasceu em Santa Cruz do Monte Castelo, em 07/10/55. Filho de Manoel Romão Neto e Benedita Romão.

Walter tinha orgulho de sua história e fazia questão de levar a mensagem da união e bom senso, para os políticos que lhe pediam conselho. Um agrupador de pessoas em torno de causas nobres.

Foi ideia sua lançada na campanha para Presidente da AMUNPR em 2007 - que um braço da Universidade Técnica Federal - CEFET, fosse construída em Paranavaí, visando a qualificação dos jovens da região.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná - em 29/03/85.

Foi assessor parlamentar - representante da Região Noroeste, dos Deputados Nilson Sguarezzi, assessorou o então Deputado Orlando Pessuti, na Assembleia Legislativa.

Fundador do PMDB de Porto Rico, Presidente por vários anos só se ausentando enquanto candidato, ou exercendo a função de Prefeito de Porto Rico.

Foi Presidente da AMUNPAR, nos anos 1994 e 2006, concluiu obras do prédio da AMUNPAR em Paranavaí sempre se dedicando muito as causas da região e de Porto Rico. Transformou Porto Rico na Capital do Turismo do Noroeste Paranaense - um divisor de águas com muita competência.

Fazia políticas com elegância apaixonadamente. Vivía política 24 horas por dia.

Foi coordenador das campanhas de Richa, Requião, Álvaro Dias, Osmar Dias, para o Governo e para Senador.

Coordenou a campanha do ex-Governador Mário Pereira e Marlene Pereira para Deputado Federal e Estadual.

Foi Prefeito 1º mandato 1993 e 1996 pelo segundo 2005 - 2008 estava no terceiro mandato iniciado agora em 2009.

Sua principal marca, a luta pelos interesses maiores da região e de Porto Rico se fosse necessário, abria a mão de Porto Rico, para brigar pelos interesses da região.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes, amigos e correligionários.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Walter Romão de Oliveira, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Romão de Oliveira endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 5314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade, o falecimento do Revmo. Padre Adelar Menegazzi - do Município de Mariópolis.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência para a família enlutada, bem como ao Exmo.

Sr. Prefeito Neuri Roque Rossetti Gehlen ao Sr. Vice-Prefeito Tranquilo Pagnoncelli e aos Srs. Vereadores do Município de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, dia 29 de outubro último, aos 81 anos de idade, o inesquecível e estimado Revmo. Padre Adelar Menegazzi, pároco do Município de Mariópolis.

Nasceu no dia 26/06/28 no Município de Ipirama, no Rio Grande do Sul, filho de João Menegazzi e de Dona Maria Menegazzi.

Foi ordenado sacerdote em 08/12/58.

Padre Adelar Menegazzi, repetia sempre: “Mesmo tendo feito votos de pobreza, eu me sinto muito rico pelas grandes amizades que cultivei na vida”.

É para nós um dia de muita tristeza, este dia em que redigimos este requerimento, para registrar o falecimento do nosso querido e inesquecível Revmo. Padre Adelar Menegazzi. Eis-nos aqui, no Gabinete da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, venerável Pastor, para lhe rendermos, mais uma vez, a homenagem do nosso respeito e do nosso amor filial.

O tempo que tudo embota, não consegue todavia, apagar as saudades que habita em nosso coração depois que nos deixou para uma vida melhor no Céu. É que a sua vida exemplar deixou em nosso espírito uma lembrança imorredoura.

Passou como o divino mestre, sobre a Terra fazendo somente o bem. O amor que dedicava ao seu sagrado ministério criou em torno de sua fronte austera uma aura de prestígio que o tempo não apagará.

Foi o Pastor dedicado e amoroso que não conhecia descanso nem repouso, enquanto sabia que ali havia uma ovelha necessitando do seu amparo quer espiritual, ou material. Nada lhe detinha no cumprimento do dever, sacrificava o seu bem-estar, pelo bem dos outros, e isso com um desinteresse apostólico, elevando ao nível do sacrifício.

Sua missão, inspirada nas lições do evangelho, produziu frutos imarcescíveis, e, eis porque nos achamos neste momento, concentrados para lhe rendermos mais uma vez nosso preito de gratidão e saudade imensa.

Bendita, pois, sua memória e ao rememorá-la teremos sempre presente a figura do apóstolo, suas lições e os seus exemplos que tão fundo calaram em nossas almas.

Prometemos que nunca haveremos de o esquecer e que há de ser, para nós, o conselheiro seguro nas nossas aflições nas nossas dúvidas. Lá junto a Deus, onde está, seja nosso intercessor para que sua proteção vele sempre sobre nós. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos, juntamente com toda a população de Mariópolis.

Repousa, pois, valente lutador, que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida o muito que fez pelos seus semelhantes.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso caiu o Revmo. Padre Adelar Menegazzi, quando ainda no acesso da luta levando consigo, entre tanto, a certeza de haver lutado com denodo e altivez, o combate da honra e do dever, sempre junto com os familiares e amigos. E, nós que pertencemos ao imenso rebanho, aqui ficamos quais ovelhas unidas, ao Pastor que sempre guiou como amigo, através das campinas da vida para nos levar ao Rei celeste, que no dizer de Milton Nascimento.

Amigo é coisa para se guardar de baixo de sete chaves, dentro do coração. Amigo é para se guardar do lado esquerdo do peito. Mesmo que o tempo e a distância digam não. Mesmo esquecendo a canção, o que importa é ouvir a voz que vem do coração.

Saudoso Revmo. Padre. A parca impiedosa e cruel roubou a vida e ao convívio de seus familiares e entes queridos, de seus grandes amigos, entre eles este Deputado. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer. Fique certo dileto amigo Padre Adelar Menegazzi que sua memória ficará viva em nosso coração e que seus exemplos continuarão a nortear a nossa vida.

A sua família que o adorava, esteve presente, com seus fiéis amigos, despediram-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou os familiares e grandes amigos do Padre Adelar Menegazzi, endereçando a eles voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 5315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, para que fique registrado para a posteridade, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador Alessandro Rodrigues do Município de São Mateus do Sul.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 28 de outubro, no Município de São Mateus do Sul, aos 34 anos de idade o ex-Vereador Alessandro Rodrigues.

Alessandro, era filho de João Maria Rodrigues e Dona Hilária Rodrigues. Deixou viúva Dona Lilian Cristine Machiavelli Rodrigues e três filhos. Alessandro foi Vereador na legislatura de 2005 - 2008.

O passamento de Alessandro, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como vasto círculo de amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares de Alessandro Rodrigues, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rodrigues, endereçando ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 5317

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família, pelo falecimento do jovem Vitor Hugo da Silva Cunha, de 23 anos, ocorrido no último dia 27 de outubro, em Ponta Grossa.

Vitor Hugo era filho do amigo e nobre professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual, de Ponta Grossa.

Lamentamos profundamente a morte prematura do jovem que tinha uma vida promissora pela frente e as circunstâncias de uma forma como ocorreu, sendo brutalmente assassinado na noite de terça-feira da semana passada.

Deixamos aqui, nossos sinceros votos de solidariedade à família nesse momento de dor e saudade.

Requer ainda que seja dada ciência ao professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, por meio de correspondência a ser encaminhada a Universidade Estadual de Ponta Grossa - Departamento de Geociências.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5317 A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa

de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Abgail Cândido Crasota, primeira professora contratada da história do Colégio Estadual Severo Ferreira Ruppel, em Tunas do Paraná/PR, ocorrido no dia 21/10/09.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma imensa tristeza perder esta nobre cidadã paranaense, viúva do primeiro policial rodoviário destacado ao Município de Tunas do Paraná, Pedro Crasota, e mãe da funcionária pública municipal Arilda Crasota. Nascida em 22/12/23, a Sra. Abgail era professora aposentada do Estado, sendo a primeira professora contratada da história do Colégio Estadual Severo Ferreira Ruppel, tendo dedicado sua vida à educação de crianças na região.

O tempo não apaga a dor trazida por uma perda dessa magnitude, abrindo uma grande lacuna na vida da família Crasota. Mãe e avó, a Sra. Abgail ocupou espaço que ninguém poderá ocupar. Resta-nos guardar os bons momentos vividos durante seus 85 anos de vida e orar pela paz e conforto de toda a família.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências e pêsames pela perda irreparável do ente querido; e que possam ser confortados e iluminados por Deus e por todos os amigos nesse momento difícil.

REQUERIMENTO Nº 5289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Município de Morretes pelos seus 276 anos de emancipação política, comemorado em 31 de outubro.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Sr. Hamilton Paulo da Silva - Prefeito Municipal e ao Vereador Maurício Porrua - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, através de correspondência a ser encaminhada as respectivas autoridades.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 5290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pela posse do Presidente da AMAI - Associação de

Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas, Coronel Fiscal da AMAI, ocorrida no dia 28/10/09.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Coronel Elizeu Ferraz Furquim, Presidente da AMAI, extensivo à toda Diretoria.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Coronel Elizeu Ferraz Furquim, que assume novamente a Presidência da AMAI - Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas, com a missão de consolidar a Associação, em benefício dos Policiais Militares do Estado do Paraná. Seu profissionalismo e competência foram os fatores determinantes para reassumir o cargo, recompensa pelo seu trabalho perante a Associação.

REQUERIMENTO Nº 5292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 10º aniversário de circulação do Jornal de Colombo, completados em outubro de 2009.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento a Sra. Zoleide dos Santos, Diretora Presidente do Jornal de Colombo.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma justa homenagem ao Jornal de Colombo, que completa dez anos e chega à sua 369ª edição, com tiragem semanal média de 7 mil exemplares em cores. Por ocasião de completar uma década, o periódico passa a ser diário, levando informações para mais pessoas, que não se restringem ao Município de Colombo. Certamente hoje é um dos mais expressivos veículos da Região Metropolitana de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 5293

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado votos de congratulações ao Prefeito de Município de Campo Mourão, Nelson José Tureck, e ao Presidente da Câmara, Vereador Eraldo Teodoro de Oliveira, em razão do 71º aniversário do Município.

A comunidade campo moroense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Nova Aliança do Ivaí pela comemoração, no próximo dia 11 de novembro, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Valter Alves, Prefeito Municipal em exercício, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Nova Aliança do Ivaí.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 11 de novembro, quando o Município de Nova Aliança do Ivaí completará seus 48 anos de emancipação política.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, em exercício, bem como todos os Srs. Vereadores e a população em geral pela comemoração da significativa data.

O compromisso da atual administração é trabalhar para fazer cumprir o seu papel gestor, garantindo o desenvolvimento da Cidade, o bem estar e a boa qualidade de vida da população.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas repousa justamente no consentimento popular.

Pois, ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma declaração para agir em nome do interesse do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

Toda a população de Nova Aliança do Ivaí é digna do nosso respeito e admiração pela colaboração eficiente em prol do desenvolvimento do Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná associa-se às homenagens que serão prestadas a toda a população pela passagem do 48° aniversário de Nova Aliança do Ivaí.

REQUERIMENTO N° 5295

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Realeza pela comemoração, no próximo dia 12 de novembro/09, de seu 46° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eduardo André Gaievski, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Valdomiro Leite bem como a todos os Senhores Vereadores para que em

nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Realeza.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com grande orgulho a população de Realeza estará comemorando, no próximo dia 12 de novembro, a passagem do 46° aniversário de sua emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que sempre colabora para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

O Prefeito - ou o Vereador - representam a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis de governo, pois, dispõe de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido por intermédio do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

Pois, o desafio diário reside na conciliação entre necessidades públicas, entendidas basicamente como a prestação de serviços públicos para a população municipal. É neste contexto de competição e dificuldade que a administração pública municipal, através do Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, torna-se ferramenta chave para a resolução dos problemas da população.

É justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de gratidão a laborosa e dedicada população de Realeza pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO N° 5312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Morretes pela passagem de seu aniversário de 276 anos de fundação, ocorrido no último dia 31 de outubro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Amilton Paulo Silva Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Osmair Costa Coelho bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo Paranaense, recebam e cumprimentem toda a população de Morretes.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Morretes nasceu com o nome de Povoado de Menino Deus dos Três Morretes, reunindo na expressão a crença Católica de seus habitantes e sua situação geográfica, cercada por pequenos morros, ou Morretes.

Seus primeiros desbravadores foram mineradores paulistas que chegaram a região em 1646, além de faiscarem no rio Cubatão, hoje Nhundiaquara, também buscavam ouro em minas, nos arredores do Porto de Cima.

Em 1721, o ouvidor Rafael Pires Pardini determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá demar-

cassee 300 braços de terra. Era o local onde seria a futura povoação de Morretes. Segundo historiadores, seu primeiro morador foi João de Almeida e sua família, que construiu sua casa entre 1725 e 1730, onde hoje está a Igreja de Nossa Senhora do Porto.

O ouro encontrado foi menos do que o, esperado e Morretes foi encontrar seus dias de Glória e Prosperidade, no século 19, durante o Ciclo da Erva Mate. Os grandes engenhos e os barões do Mate traziam riqueza para a cidade, exportando a erva que ficou conhecida como ouro verde.

Em 1841, Morretes foi elevada a categoria de Vila e, em 24/05/1869 foi elevado a Cidade, com a denominação de Nhundiaquara, porém, em 07/04/1870, voltou a se chamar Morretes, pela Lei Provincial nº 277.

No final do século 19, Morretes passou a receber imigrantes de várias etnias, que transformaram a cidade na Capital Agrícola do Litoral do Paraná, cultivando banana, cana de açúcar, milho, mandioca, arroz, feijão e produzindo cachaça e doces típicos. No entanto, sua principal influência cultural é costume de seus primeiros habitantes: os índios, os mamelucos, os portugueses e os espanhóis. O barreado é a comida típica da cidade.

A partir de meados do século XVIII, os parananguáras Capitão Antonio Rodrigues de Carvalho e sua mulher Maria Gomes Setúbal se estabeleceram em Morretes, onde logo construíram uma capela e a dedicaram a Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes. Em 21/07/1769 o Padre Francisco de Meira Colassa abençoa a Capela Morretense.

Hoje a Igreja Nossa Senhora do Porto é a Padroeira do Município, comemorando dia 08 de setembro. A comemoração municipal é realizada dia 31 de outubro.

Com essa posição queremos prestar nossa sincera homenagem a toda população do Município de Morretes.

Cremos que as dificuldades, no decorrer de todos esses anos, foram muitas, mas com certeza, as realizações também foram em número expressivo.

Gostaria de enfatizar nesta oportunidade a grande importância que o Município detém referendada em nossa lei maior.

Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente as aspirações da coletividade morretense retempero o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo abrindo nossos horizontes pelas autoridades municipais, com o Sr. Prefeito Amilton Paulo da Silva, Vice-Prefeito Osmair Costa Coelho e todos os vereadores do importante Município de Morretes.

REQUERIMENTO Nº 5313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Planaltina do Paraná pela pas-

sagem, no próximo dia 12/11/09, do seu 49º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Antonio Sirena, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Ivan Luiz de Gasperin bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem a toda população do Município de Planaltina do Paraná, que estará, no próximo dia 12/11/09, comemorando o transcurso de seus 49 anos de emancipação política.

Cremos que as dificuldades, no decorrer de todos esses anos foram muitas, mas, com certeza, as realizações também foram em número expressivo.

Gostaria de enfatizar nesta oportunidade, a grande importância que o Município detém, referendada em nossa lei maior.

O contato que o Prefeito, o Vice-Prefeito bem como os Vereadores exercitam junto ao povo, fazem dos mesmos destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo abrindo novos horizontes a qualquer ser humano.

Desejamos também prestar nossa sincera homenagem a todos os membros do Diretório Municipal de Planaltina do Paraná, por intermédio do seu Presidente, Sr. José Antonio Bonvechio.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná através deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Planaltina do Paraná pela festiva data de 12/11/09 comemorativa ao 49º aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 5288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas ao Projeto de Lei nº 540/09, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, até o dia 13/11/09.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 5310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, requer autorização para ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América, no período de 04 a 17 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 5308

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembleia Legislativa, no dia 08/12/09, em Brasília, no jantar da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, oportunidade em que receberá homenagem em razão do apoio às causas da radiodifusão o Deputado Federal pelo Paraná, Ricardo Barros.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5316

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo a renovação do convênio com a Infraero para disponibilizar membros do Corpo de Bombeiros para o Aeroporto Internacional de Maringá, aumentando o número de Bombeiros dos atuais seis para dezoito.

Cabe salientar que o aeroporto de Maringá tem porte semelhante ao de Londrina, onde estão disponibilizados 25 bombeiros. Dessa forma, indispensável, para a garantia dos relevantes serviços prestados pelos bombeiros, que em Maringá fiquem disponibilizados 18 integrantes da corporação para o aeroporto internacional Silvio Name.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 613/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Proíbe a venda a menores de 18 anos e a exposição pública de revistas, jornais, DVDs, CD's e cartazes em bancas, livrarias, locadoras de DVDs, CDs ou congêneres que comercializam com conteúdo erótico ou pornográfico.

I - advertência por escrito;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor nas data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que proíbe a exposição pública de revistas, jornais, DVDs, CDs e cartazes em bancas, livrarias, locadoras de DVDs, CDs ou congêneres que comercializam com conteúdo erótico ou pornográfico, visa proteger as crianças e jovens dos malefícios causados pela exposição de material pornográfico nos estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná.

A presente proposição não tem pretensão de prejudicar os comerciantes, mas apenas garantir que as crianças e adolescentes não fiquem expostos à pornografia exibida livremente pelas ruas das Cidades em nosso Estado. O projeto determina que as livrarias, bancas de jornais e revistas e congêneres que comercializam este tipo de material erótico ou pornográfico, deverão conservá-los sob sua guarda, somente o colocando ao alcance dos clientes quando por eles solicitado. Este tipo de material deverá ser disposto em local reservado; apenas pessoas adultas acima de 18 anos poderão acessar esta área reservada, ficando expressamente proibido o ingresso de menores de 18 anos aos locais e áreas destinadas à comercialização deste material.

A desobediência ao disposto na lei sujeitará os infratores a advertência por escrito, à multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o terceiro ato de desobediência ensejará na cassação da Inscrição Estadual do estabelecimento comercial, tendo o Poder Executivo o prazo de 60 (sessenta) dias para regulamentar a presente iniciativa legislativa.

A presente proposição, pretende evitar o manuseio de material pornográfico por crianças e adolescentes e a vexatória exposição pública à pornografia a que todos cidadãos são hoje submetidos ao passar em frente a banca de jornais e revistas. A exposição prematura a esse material, quando a criança ainda não despertou a sua atenção para assuntos sexuais, pode comprometer o desenvolvimento sadio da sexualidade e prejudicar a inserção normal do indivíduo no meio social. A infância e a juventude de nosso País vêm sendo expostas a uma quantidade enorme de material erótico e pornográfico. Tal situação possui um percentual de deseducação e mesmo de perversão muito grande.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do referido do projeto de lei, proíbe a venda a menores de 18 anos e a exposição pública de revistas, jornais, DVDs, CDs e cartazes em bancas, livrarias, locadoras de DVDs, CDs ou congêneres que comercializam com conteúdo erótico ou pornográfico.

PROJETO DE LEI Nº 614/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lar dos Bebês Pequeno Peregrino, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/11/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

O Lar dos Bebês Pequenos Peregrinos é uma entidade de caráter comunitário, sem fins lucrativo, voltada ao desenvolvimento de atividades nas áreas de assistência social, médica, educacional e socialização de crianças.

As atividades realizadas objetivam promover e assegurar os direitos fundamentais e universais das crianças desprovidas de recursos, bem como prestar assistência e acompanhamento das famílias envolvidas.

A declaração de utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguimento de suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Haverá uma inversão da pauta. O Dr. Cabrini, do CREA, vem apresentar a agenda. Caso a Deputada Cida Borghetti esteja de acordo, podemos ouvir o Dr. Cabrini.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Quero agradecer a Presidência por ceder esse espaço, cinco minutos no horário do Grande Expediente, ao Dr. Álvaro Cabrini Júnior, que anualmente vem como representante do CREA - Paraná apresentar a agenda legislativa para os Parlamentares, aonde na próxima semana visitará todos os gabinetes, os 54 Deputados e Deputadas. Quero agradecer V. Exa. Existe um acordo da Mesa para que esse espaço seja oferecido portanto aos convidados às quintas-feiras, mas em razão dessa agenda, que já faz parte do calendário anual, quero agradecer a Presidência por ceder esse horário de cinco minutos ao Dr. Álvaro Cabrini.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dr. Álvaro Cabrini, a palavra é sua, por gentileza.

Dr. Álvaro Cabrini Júnior

O SR. ÁLVARO CABRINI JÚNIOR

Presidente Nelson Justus, demais Deputados componentes da Mesa, Sras. Srs. Deputados. É uma honra, mais uma vez, estar presente nesta Casa e ser recebido com o carinho sempre dispensado por V. Exas. Na ver-

dade, na semana que vem, no dia 11, até por deferência especial do nosso Presidente, os senhores abriram um espaço para que o CREA venha apresentar o trabalho de agenda parlamentar do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, aqui para V. Exas. e para todo o Paraná. Nos últimos seis meses, Sr. Presidente, foram 31 Cidades visitadas em todo o Paraná, aonde exaustivamente participamos de agendas municipais em Prefeituras, nas Câmaras de Vereadores, nas dependências do Poder Judiciário, do Ministério Público, levando, através dos nossos profissionais, propostas e diagnósticos arduamente levantados por esses profissionais de cada uma das Cidades que foram escolhidas para esse trabalho, e escolhemos as 31 maiores Cidades paranaenses, incluindo as sete Cidades do Litoral do Paraná. E na semana que vem teremos enorme prazer em apresentar todo esse trabalho para os senhores.

Muitos dos Srs. Deputados aqui se fizeram presentes a essas agendas locais que fizemos, e que contribuíram para que possamos, na semana que vem, trazer um documento para esta Casa, que servirá entre outros que existem, para agregar, somar-se às políticas públicas, ou na esfera estadual ou municipal. Sem dúvida, poderemos fazer uma grande transformação neste Estado. Dessas propostas que apresentamos nesses 31 Municípios, que podem estender-se para todos os Municípios do Paraná, todas as propostas são possíveis de serem incorporadas nos PPAs dos Município e do Estado.

De uma forma mais positiva, queremos trazer para os senhores propostas de soluções para os problemas que a população paranaense, que os Municípios paranaenses têm vivido nesses últimos anos. Sabedores que somos da enorme crise por que passam nossos Municípios, não poderíamos propor nada que não fosse possível e viável. Nesse trabalho de quatro mãos queremos ver o nosso Estado plenamente desenvolvido, com políticas públicas adequadas às necessidades da nossa população. Na semana que vem visitaremos todos os gabinetes e, à tarde, faremos uma entrega formal ao Presidente desta Casa do relatório final desse documento.

Desde já agradeço a atenção e coloco-me à disposição.

Muito obrigado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado! Seja sempre bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebo aqui um e-mail do Sr. Ednilson Souza.

Bom-dia, Deputado Antonio Belinati. Gostaria de agradecer ao senhor por ter feito o comentário sobre meu trabalho sobre as deficiências do transporte intermunicipal e interestadual aqui da região de Guarapuava. Assim, os Deputados e a Comissão de Transportes da Assembleia, o DER, fica sabendo como anda a situação por aqui. Nossas linhas de ônibus são de 30, e 40 anos atrás. De 1992 para cá, só surgiu a Penha, que fazia a linha Pelotas a Fortaleza. Esse carro passava ali pela Região Central de Santa Catarina, até encontrar a PR-170, que dá acesso a Guarapuava. Em 2003, a Princesa dos Campos comprou a Cantelletur, que faz a mesma rota que a Penha fazia, inclusive passando por Barreiras/BA, mas com um detalhe, essa linha da Cantelletur, que é de Cruz Alta/RS a Barreiras/BA, não passa por Guarapuava, passa por Pato Branco, Cascavel, Campo Mourão. Eu ainda não consegui descobrir, mas estou achando que foi o surgimento da Cantelletur, que fez com que essa linha da Penha deixasse Guarapuava em 2004. Lembro-me que a Penha tinha até garagem aqui em Guarapuava e hoje não existe mais.

Ocorreu que a linha da Penha de Pelotas a Fortaleza atualmente é feita via BR-101, aquela que passa pelas praias catarinenses e que passa na beira do Litoral brasileiro. Eu até entrei contato aqui com a Kaiowa (antiga Penha aqui), para ver se eles sabiam me responder porquê essa linha da Penha deixou de passar por Guarapuava, mas o rapaz não soube me responder. talvez ele até saiba, mas de repente ele tem ordem de superiores para dizer, que não sabe de nada. Também entrei em contato com a ANTT, mas infelizmente eles também não souberam me responder. Estou no aguardo de informações com pessoas de blogs que entendem de ônibus, linhas, etc. Esse negócio de linhas é uma verdadeira caixa preta. Abraço.

Então, fica aqui uma crítica ao rapaz que não deu a informação a esse cidadão de Guarapuava. O Edenilson está lutando para melhorar. Guarapuava é uma grande Cidade e merece ter um transporte de Primeiro Mundo.

Recebo e-mail do Luiz Bárbara, que é policial militar. Ele está dizendo aqui: Os delegados da Polícia Civil estão entrando com representação contra os Conselheiros Tutelares que se negam a buscar adolescentes infratores para entregar aos pais. Ocorre que esse trabalho é de exclusiva competência dos policiais, que são treinados para isso. E o Conselheiro que não pega o gado que está vadiando e não leva de volta para o pai, tem delegado civil 'caneteando' contra o conselheiro. O Luiz Bárbara diz que essa tarefa é da Polícia, que é treinada para isso, e não para quem é Conselheiro Tutelar.

Da Maria Aparecida: Deputado Belinati, parabéns pelo pronunciamento na Assembleia. Segundo o Secretário Delazari, o Soldado que inicia na Polícia tem como vencimento R\$ 1 mil e 800. Esse Secretário está 'viajando na maionese'. O meu marido, que tem 20 anos de serviço, ganha só R\$ 1 mil e 55, e o Secretário Delazari vem com essa mentira, sendo que o soldo no contra-

cheque do meu marido é de R\$ 399. Conforme a Constituição, o soldo do policial militar não poderia ser menor do que o salário-mínimo. Está aí ela 'descendo a lenha' no Secretário Delazari.

Do Sr. Luiz Martins: Deputado, por meio desse, agradeço o empenho de V. Exa., que está lutando em prol de nós policiais militares, a favor do subsídio. Parabéns por ter a coragem necessária para cobrar do Governo e lutar pela nossa causa. Vejo através da Rede Mercosul. Canal 21. Sei que meus companheiros também estão assistindo e viram a presença do Secretário. Ele disse que foi ótimo o nosso debate com o Secretário Delazari, aqui. O Delazari está famoso.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Everson Bonacera: Deputado Belinati, sou policial militar há 16 anos na carreira. Na época em que completei cinco anos, estava feliz por saber que iria receber meu primeiro quinquênio, pensando que ia ser computado no valor total dos vencimentos, o qual ocorria normalmente até o ano de 1998, época do Governo Jaime Lerner, só que fiquei decepcionado quando recebi meu holerite, porque foi computado no meu soldo, que é a parte básica do meu salário. Então, o Everson está aqui também reclamando, e com razão.

Tem mais e-mail, do Deyvid: Obrigado, Sr. Deputado, por desmascarar esse ilusionista que se chama Delazari.

Não fez nada além de mentir todos esses anos.

Falar que os policiais ganham R\$ 1 mil e 800, onde isso? Líquido, nosso salário não dá 1 mil e 500.

Sem contar que é só olhar nossas viaturas nas ruas, todas quebradas, riscadas, com óleo vencido, pois quando levamos para o batalhão não tem dinheiro nem para comprar detergente. Pode ter certeza que todos os policiais estão com o senhor nessa luta.

Fora, Delazari, menino maluquinho...

Bom, o e-mail, a pessoa manifesta contando, e eu, como empregado do povo, faço a leitura, sem querer ofender a honra e a dignidade de ninguém.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Belinati, o problema do e-mail é exatamente esse. Nesse momento, entendo o objetivo de V. Exa., que é louvável e também das pessoas que mandam, mas normalmente V. Exa. lê os e-mails no horário do Pequeno Expediente. E o Pequeno Expediente não permite apartes. Então, lidos os e-mails, eles passam como uma verdade, não contestada por ninguém. Isso é uma coisa ruim. V. Exa. percebe hoje que as Delegacias de Polícia têm combustível para as viaturas, diferentemente do que era, inclusive do que existia, tantos litros por mês. Nesse aspecto é impossível concordar que as viaturas tenham que ficar paradas porque não têm combustível.

A questão de salários, a questão da violência, isso tudo é bem discutível. E esta Casa, através de V. Exa. e de tantos outros, tem fomentado o assunto. Isso é importante, porque faz com que o Governo, a Secretaria da Segurança Pública, se debrucem na tentativa de melhorar esse atendimento. Agora, nem todas as coisas que são colocadas por e-mail são verdades, como por exemplo, essa falta de combustível para a viatura não é verdade, e ela pode ser perfeitamente respondida.

V. Exa. sabe que tenho uma estima muito grande pelo senhor, mas entendo o risco da leitura do e-mail, porque nem sempre é verdadeiro. E quando não está no horário do Pequeno Expediente, como V. Exa. está no dia de hoje, não há a possibilidade de contestação.

Agradeço o aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, grande Deputado Caíto Quintana.

E-mail da Janine: *Sr. Deputado, quero saber quando o Governador dará aumento salarial para os policiais militares. Sou esposa de militar e gostaria de poder sonhar com um Natal melhor para meus filhos.*

Parabéns pelo seu trabalho e que Deus abençoe a todos para que possamos tomar sempre a melhor decisão em prol da população.

E-mail da Marilene Blanc: *Antes de mais nada quero parabenizá-lo por ser um Parlamentar que defende essa classe que é lesada pelo Governo do Estado. Ontem o Sr. Delazari falou na Assembleia que o salário inicial de um policial militar é de R\$ 1 mil e 800. Imagine V. Exa. que meu marido está reformado depois de 25 anos de trabalho e recebe R\$ 2 mil e 040, uma diferença apenas de R\$ 200, isso porque reformou por invalidez e recebe integral. Agora usamos o SAS, que leva quatro meses para se fazer um exame de imagem. Isso é um descaso com o servidor, mas se Deus quiser no ano que vem tenho esperança que o policial vai ser tratado com dignidade. Um abraço.*

E-mail da Marilyn Lima: *Sou da região dos Campos Gerais mas eu e minha família só temos do que nos orgulhar com o senhor, Deputado, porque os daqui nada estão fazendo em favor dos militares estaduais, haja visto a necessidade das assinaturas pela aprovação do pagamento por subsídio. Meu voto e da minha família, para o ano que vem, já são do senhor. Gostaria de lhe agradecer desde já por sua luta e que o senhor tornasse público os meus elogios ao senhor Deputado. Parabéns!*

E-mail do João Batista Jaquinta: *Deputado Belinati, estou enfadado com o acordo do Sr. Lula, PT e sua trupe e o PMDB, com Romero Jucá, que estão querendo aprovar a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Pois bem a Venezuela é um País democrata? A Venezuela tem livre escolha de seu Presidente? Será que o Sr. Lula e o Romero Jucá estão querendo adotar o sistema da Venezuela? Isso tudo que estamos vendo é uma farsa. O Sr. Lula esta querendo implantar o comunismo em nosso País, aos poucos, isso só não vê quem é cego. Se o para-*

guaio de Lugo ainda não assinou a entrada desse sangüinário para o MERCOSUL, por que nós devemos nos responsabilizar por um guerrilheiro que destrói tudo em seu País? Obrigado, Sr. Deputado Belinati fique com Deus.

E-mail do Pastor Uriel Silveira, criticando o Presidente Lula que falou, infeliz o Presidente Lula, que se Jesus Cristo viesse para o Brasil ia fazer acordo até com Judas. E parece que o Lula está fazendo alguns acordos com alguns Judas por aí.

E-mail do Bruno da Cunha, que é ateu, de Cambé, que está contra o ensino religioso nas escolas. Lembrando que o Brasil é um Estado laico. Ele acha que num Estado laico não deveria haver ensino religioso nas escolas.

E-mail que fala do nosso querido Deputado Jocelito Canto, do Pedro Zenti e Valdir Santos. Trata-se de um projeto que o Deputado Jocelito Canto apresentou, mas que ele, de maneira sábia, pediu a retirada de pauta, para fazer uma Audiência Pública em que todas as partes vão poder se manifestar, a favor ou contra, sobre o transporte de cadáveres e funerárias. Eles dizem *vimos entrar em contato com V. Exa., Deputado Belinati, para alertá-lo da possibilidade de um grande equívoco, que pode ocorrer nessa Casa. Foi aprovado em 1ª votação o projeto do Deputado Jocelito, que diz respeito ao serviço funerário no Paraná. O projeto está extremamente confuso e dá margem a interpretações que farão com que a população sofra um grande mal, que é o chamado agenciamento de cadáveres. Temos propriedade em falar sobre esse assunto, pois além de estarmos há muitos anos no ramo, fomos criadores da Campanha Descanse em Paz, pela normalização do serviço funerário de Curitiba. Hoje, os casos de agenciamento da Cidade foram reduzidos em quase sua totalidade, ficando ainda poucos casos. Mas há situações em que o morador é de outro Município, onde não há obrigação de contratar uma empresa funerária de Curitiba.*

Deputado Jocelito, parece que o projeto não foi aprovado nem em 1ª discussão, V. Exa., se não me engano, retirou da pauta.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Antonio Belinati, cumprimentar V. Exa. por dar destaque a este projeto, que foi discutido e aprovado em 1ª discussão, a sua constitucionalidade foi aprovada. Agora, estamos em 2ª discussão. Como houve um debate muito grande, muita polêmica a V. Exa. está destacando em um e-mail de um agente funerário, não tenha dúvida de que essa Audiência Pública do dia 10 será muito importante, porque vamos ouvir todos os lados. Convocamos todo mundo que queria discutir esse assunto para que venham às 10h aqui, no dia 10, para discutir esse tema, que tenho certeza que é polêmico.

Cumprimentar V. Exa. porque pela informação que tenho, quando Prefeito, V. Exa. fez um grande trabalho nessa área em Londrina.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fechamos todas as funerárias particulares e criamos uma única funerária do Município.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Que o senhor esteja aqui no dia 10, para trazer essa boa ideia, para sepultarmos o problema de funerárias no Estado do Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Jocelito.

Presidente Nelson Justus, há um questionamento, aqui, sobre a redução da verba para a Educação no Paraná. Vou tomar a liberdade hoje e pedir a aprovação dos Deputados, para convocarmos a autoridade no assunto, o Secretário Verri, que é do Planejamento, para explicar por quê houve uma redução da verba para a área de Educação, se ela vai ocorrer mesmo no próximo ano. Sei que para a Segurança Pública vai diminuir o dinheiro que o Governo Requião vai gastar no ano que vem. Agora, tem a polêmica levantada sobre a redução da verba para a área da Educação. É um assunto sério e acho que o Secretário do Planejamento deve ser convocado para vir a esta Casa, para explicar por quê cortou, vai cortar, vai reduzir o investimento do Governo do Paraná na área da Educação.

Para terminar, o João Batista Jaquina faz uma crítica aqui ao Requião, por causa da brincadeira que ele fez sobre o câncer de mama. O João diz que o Requião só trabalha para os seus cavalos na Granja do Canguiri. Aí pegou pesado aqui o cidadão, dizendo que o Requião só cuida dos cavalos dentro da Granja do Canguiri.

É o resultado da polêmica, mas o Requião já explicou que foi uma brincadeira. Já pegaram no pé do Requião, foi duramente criticado durante a parada gay no Rio do Janeiro, pelo Governador do Rio e pelo Ministro Minc. É uma polêmica que repercutiu até fora do Brasil.

Independente disso, insisto aqui que muito mais do que falar sobre gays, até com brincadeira, o bom é pagar bem o nosso policial, pagar em subsídio, pagar pela hora trabalhada fora do expediente, de 100 para R\$ 150, pagar bem o servidor...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PSDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estou estreando a tribuna do lado de cá hoje.

É uma satisfação, uma honra muito grande falar aos nossos Pares, principalmente sobre o assunto que

reputo ser de primordial importância a todo Estado do Paraná e principalmente para nós Deputados desta Casa, juntamente com nossos demais Pares do Legislativo paranaense, nós que legitimamente falamos pelo novo do Paraná.

Sr. Presidente, já tive oportunidade de dizer nesta tribuna que, infelizmente, o nosso orçamento, por ocasião da vinda do Secretário, foi reduzido em 80 milhões. Mas o que mais me causou estranheza, Sr. Presidente, foi a redução do item pessoal - de 1 bilhão e 13 milhões, aprovado em 2008 para gastar este ano, para 843 milhões que vamos aprovar. Espero que não seja aprovado somente esta quantia, 843 milhões, para gastar ano que vem, ou seja, uma redução de R\$ 170 milhões no orçamento do item pessoal da Segurança, exatamente no momento, Sr. Presidente, que o Secretário anunciou que vai contratar 2 mil e 500 homens na Polícia Militar e Polícia Civil do Estado do Paraná, e ainda pretende dar um aumento significativo aos nossos policiais militares e civis.

A conta não bate, Sr. Presidente. Vamos ter 170 milhões a menos no orçamento, como que vamos aumentar o efetivo em 2 mil e 500 homens e ao mesmo tempo considerar um aumento significativo aos nossos policiais, que digo e repito, ganham um salário bem aquém de suas necessidades, uma vez que correm risco de vida na defesa e proteção do cidadão curitibano?

Então, pediria aos meus colegas que fizéssemos uma emenda coletiva para devolver, nem aumentar, devolver esses 170 milhões que já existia em 2008 para gastar este ano, não contratamos praticamente quase ninguém e vamos ter bem menos dinheiro ano que vem, fazer uma emenda coletiva para que pudéssemos ter, pelo menos, esse 1 bilhão e 13 milhões para gastar no item pessoal. Aí sim poderíamos contratar os policiais militares e civis, anunciados pelo Secretário, e ao mesmo tempo dar um aumento significativo aos nossos policiais que estão trabalhando no limite.

Muitas vezes há turbulências nas tropas, sim, porque um policial não está recebendo nem os R\$ 400 que ele tem direito do PRONASCI, que é uma ajuda que o Governo Federal dá a todos os policiais militares, bombeiros, e Guarda Municipal do Brasil inteiro. A Guarda Municipal de Araucária, São Jose dos Pinhais, de Curitiba, já está recebendo. É só nomear um gestor da Secretaria da Segurança para que possamos dar esses R\$ 400 a mais aos nossos policiais militares do Estado do Paraná. É um dinheiro que eles têm direito, não vai sair dos cofres do Tesouro Estadual e temos que agilizar urgentemente este dinheiro para dar aos nossos policiais que têm este direito.

Outra coisa, Sr. Presidente, é dizer desta tribuna que o nosso Diretório do PMDB, a nível nacional, isto mandado pela própria Presidente do partido, em exercício, que é a Dona Íris, que dá aos peemedebista que querem deixar o partido o recado: "Podem deixar a legenda o quanto antes, sem risco algum de perder o seu mandato". Isso não é a palavra de um membro, é uma nota oficial do

PMDB Nacional, que está acima do PMDB Estadual e Municipal. O partido, Sr. Presidente, teve a perda de Senador, deixou o PMDB, o Senador Mão Santa, não foi solicitado o mandato do Senador Mão Santa. Também deixaram o PMDB, Carlos Alberto Canutto, que foi para o PSC; Geraldo Pudim, do PMDB para o PR; Laerte Bessa, do PMDB para o PSC; Pastor Pedro Ribeiro, do PMDB para o PR; Rita Camata, do PMDB para o PSDB; e Zequinha Marinho, do PMDB para o PSC. Nenhum desses Deputados Federais e do Senador Mão Santa tiveram o seu mandato pedido pelo partido, portanto se há uma diretriz nacional, os mandatos não foram solicitados, e aqui no Paraná, não só no Paraná, em todo o Brasil, só foi pedido um mandato, é evidente que existe grave discriminação partidária.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê): “O Paraná está de luto. Perdemos, no último domingo, um dos mais ilustres municipalistas do Paraná. Faleceu naquela data o Exmo. Sr. Prefeito de Porto Rico, Walter Romão, um homem que dedicou sua vida à vida pública.

Walter Romão era um daqueles homens que orgulhava a classe política. Determinado e com visão de desenvolvimento regional, ocupou por mais de uma vez a presidência da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná a AMUNPAR, cuja sede fica em Paranavaí. Atuou também junto à AMP, a Associação dos Municípios do Paraná. Foi um homem que não olhou somente pela sua querida Porto Rico, mas por toda a nossa região e pelo nosso Estado.

Ele começou sua vida como assessor parlamentar e nunca mais deixou a política. Aliás, a política corre no sangue de sua família. Seu pai e seu irmão também foram Prefeitos da turística Porto Rico. Sua esposa Jussara foi sempre seu braço forte, participando com ele de toda a sua vida pública.

O Paraná está de luto. Os políticos perderam um companheiro ilustre. Sofremos todos nós. Uma lacuna, que jamais será preenchida, foi aberta no meio político paranaense.

Companheiros Deputados que tem uma atuação mais próxima da AMUNPAR como Luiz Accorsi, Cleiton Kielse, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, sabem bem do valor do companheiro falecido.

O PMDB perde uma de suas figuras mais ilustres. Walter era um daqueles políticos partidários, que sempre sabia articular em favor do bem regional. Era um conselheiro aos políticos iniciantes, como eu, e um parceiro

importante nas grandes batalhas enfrentadas pelas nossas lideranças maiores.

Por isso, registrei nesta Casa moção de pesar à família do ilustre companheiro, que tão precocemente nos deixou. Deus, Senhor do universo, deve ter reservado à ele uma missão especial no ambiente celestial, porque sabia da sua competência e de sua determinação.

Estamos enlutados com a morte do companheiro Walter Romão. Mas certos de que lá de cima ele estará olhando pela nossa região e pelo nosso Paraná, pois, depois de sua família, era a política a sua maior paixão, a polícia séria e de resultados.

Que Deus receba o companheiro Walter Romão de braços abertos e que ele continue a nos inspirar para levar adiante o seu grande ideal de ver um Paraná mais forte e um Noroeste mais rico.

Obrigado, Walter Romão, pela sua amizade e pelos seus ensinamentos. Que Deus lhe dê o lugar merecido”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria inicialmente justificar a ausência do Deputado Tadeu Veneri, ele hoje representa a Assembleia Legislativa do Paraná em Porto Alegre, vai ficar lá dos dias 3 a 6 de novembro, para o 8º Congresso Nacional dos Defensores Públicos. O evento tem por objetivo desenvolver ações integradas entre todos os membros das Defensorias Públicas, visando implementar políticas que possam garantir, qualificar e ampliar cada vez mais o atendimento jurídico em todas as instâncias da Justiça. Sabemos do trabalho desenvolvido pelo Deputado Tadeu Veneri à frente da Comissão de Direitos Humanos, e por isso ele se ausenta das Sessões esta semana aqui na Assembleia, na condição de Líder do PT.

Sr. Presidente, estivemos na semana passada, na quinta-feira, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, numa Audiência Pública sobre o aterro sanitário que está para ser construído em Ponta Grossa. Por uma solicitação minha, o Deputado Cheida, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, esteve lá e presidiu, com muita competência, a Audiência Pública. E acho que todos lá estavam, muitas pessoas, várias entidades representativas de Ponta Grossa, estavam também técnicos do IAP, do IBAMA, do Instituto Chico Mendes. E ficou muito claro para a comunidade ponta-grossense que realmente esse aterro é um absurdo, para não dizer um grande crime que se comete contra a identidade de Ponta Grossa e o patrimônio natural e cultural da Cidade de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais.

No aprofundamento do debate, ficaram claras algumas coisas que ainda não tinham sido aprofundadas aqui nesta Casa. O próprio empreendedor, o diretor da IPGA, que é a empresa responsável pela construção do aterro, deixou claro que o aterro é apenas o começo do empreendimento. Logo depois a empresa pretende construir um aterro para lixo industrial na mesma área. Ficou claro também que a própria empresa é proprietária do terreno, um terreno de 80 alqueires, que é da família do proprietário. E isso traz, das questões para a Cidade, que esse terreno, além de ser o local para aterro sanitário e para lixo industrial, pode se transformar também num futuro distrito industrial de Ponta Grossa. Ficou muito mais grave.

Não é possível, quem conhece minimamente Ponta Grossa, a região dos Campos Gerais, sabe que em qualquer lugar de Ponta Grossa pode se fazer um aterro. Eu mesmo, quando fui Prefeito, fizemos uma pesquisa em três áreas, definimos por uma área, fizemos várias Audiências Públicas. Agora, em qualquer ponto do território, menos nesse ponto onde se quer construir o aterro agora, porque esse local fica dois quilômetros do Parque Nacional dos Campos Gerais, criado pelo Governo Federal, contemplando Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais com esse parque.

Esse aterro situa-se dentro da APA - Área de Proteção Ambiental, da escarpa devoniana, uma área de singular patrimônio pelo seu valor e pela qualidade de vida na terra. O novo aterro está sendo construído sobre área de preservação permanente, ecossistemas protegidos por lei.

A própria empresa que está construindo foi atuada pela Polícia Florestal, em 2007, por realizar obras e drenagens nestas APPs, mesmo sem o consentimento do IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Esse aterro situa-se na formação de furnas, unidade rochosa que é o aquífero que fornece água subterrânea em quantidade e de boa qualidade para boa parte do povo de Ponta Grossa.

Não é possível que o IAP se curve, a Prefeitura e a Câmara, a um objetivo desse. Acho que isso não vai acontecer, porque isso não pode acontecer.

Essa área, eu fui lá no local e vi o aterro, já foi feita a primeira terraplanagem, o local do aterro fica praticamente às margens do rio Verde. Fica entre o balneário Rio Verde e a Capão da Onça, próximo à estrada de São Jorge. Ou seja, a maior parte das atrações turísticas de Ponta Grossa. Na rodovia que vai para Itaracó tem um projeto pronto, uma ciclovía ecológica. Nessa rodovia nós temos: o Recanto do Botubara, o Parque Capão da Onça, o Parque Balneário Rio Verde, o Buraco do Padre, que é uma cachoeira numa gruta de extraordinária beleza.

Temos a passagem do segundo para o primeiro planalto em direção a Itaiacoca, a Cachoeira da Mariquinha, as dolinas, que são furnas secas. Isso numa estrada que sai da universidade.

Na outra estrada, que vai dar acesso ao aterro sanitário, na estrada do rio São Jorge, temos: a cachoeira do

rio São Jorge, a Capela dos Jesuítas, a Capela Santa Bárbara - que fizemos o restauro quando fui Prefeito da Cidade, a represa de Alagados, que fornece água para Ponta Grossa.

Então, não é possível que nós, tendo tantos lugares para construir um aterro, seja justamente nesse local. Mais do que isso, como diz o próprio empresário: o aterro é só o começo. Virá depois um aterro de lixo industrial e uma área de expansão industrial para atrair indústrias de Curitiba para Ponta Grossa, uma vocação industrial. Todo o povo de Ponta Grossa quer mais indústrias, que é a vocação da Cidade, mas não naquele lugar. Aquele lugar tem uma vocação turística, de preservação ambiental e de lazer, que vai dar muito mais recursos para a Cidade.

Então, não se pode entender também que o Município, através da Prefeitura, tenha mandado à Câmara uma lei transformando uma área de preservação ambiental para a expansão industrial. Acharmos que isso não vai acontecer.

A Cidade inteira está em polvorosa, praticamente, todas as entidades representativas da Cidade, começando com a Associação Comercial, Clubes de Dirigentes Lojistas, Associação de Leigos, Institutos Ambientais de Ponta Grossa, ONG do meio ambiente, a OAB, todo mundo está se levantando contra esse aterro. Tive uma conversa com o Governador Requião, em Morretes, conversei longamente sobre esse problema.

Vou levar os estudos técnicos ao Governador esta semana, e vamos fazer tudo que for possível para impedir que se perpetre mais esse crime contra a história de Ponta Grossa, sua identidade, seu patrimônio ambiental e turístico. Vamos continuar essa luta.

Estamos lançando uma campanha, Sábado Verde, pelo Instituto Cidade Viva, já começamos a coletar assinaturas das escolas públicas de Ponta Grossa, vamos à universidade, às vilas, e o povo da Cidade, para que esse crime não possa se perpetrar.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Queria falar também sobre as Conferências das quais participei semana passada, Conferências Municipais e Intermunicipais de Cultura. Na semana passada estive no Município de Colombo, onde 22 Municípios da Região Metropolitana se reuniram. Estava lá o Deputado Strapasson, que é Deputado e ex-Prefeito de Colombo. Muita gente participando, uma conferência muito bonita.

Estive em Irati na terça-feira, Prudentópolis e vários Municípios da Região Centro-Sul do Paraná, tradição da imigração ucraniana e polonesa, região que o Ministro da Cultura já esteve lá este ano visitando Prudentópolis, Irati e outras Cidades, onde está sendo feito um inventário do patrimônio ucraniano. Uma conferência muito bonita, com grande participação.

Estivemos em Tibagi na sexta-feira, onde se reuniram os Municípios de Tibagi, Telêmaco Borba, Reserva e de Imbaú, numa grande Conferência. Estive no Litoral, além de Morretes, estive no sábado em Antonina, participando da Conferência.

É realmente um momento importantíssimo para o Brasil. Nunca um Governo, na história do Brasil, fez uma conclamação tão intensa. No ano que vem teremos a 2ª Conferência Nacional de Cultura.

Pela primeira vez em nosso País, está se traçando uma diretriz plena para a questão da cultura.

Primeiro a criação do Sistema Nacional de Cultura, que vai envolver a União, os Estados Federados e os Municípios. Esse Sistema propõe uma participação de gestão democrática, com a criação de Conselhos de Cultura em todos os Municípios brasileiros, Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Cultura. Esses Conselhos terão uma gestão paritária, 50% dos membros representados pelo Estado brasileiro em suas diversas instâncias, e 50% para a sociedade civil organizada, representante das entidades ligadas à cultura, intelectuais, artistas e produtores culturais.

Além disso, a PEC nº 150 estabelece mecanismos de financiamentos institucionais. Ou seja, aprovada essa emenda constitucional, queremos que a União vá utilizar 2% dos recursos para a cultura; os Estados da Federação serão obrigados a gastar 1,5% do orçamento para cultura; o Paraná gasta 0,47% esse ano e os Municípios 1%.

Haverá uma gestão compartilhada, os recursos da União serão repartidos com os Municípios, que são os entes mais pobres da Federação.

Estabeleceu mecanismos claros de financiamento para a questão cultural.

Além disso, uma mudança profunda na Lei Rouanet, porque os dados são estarrecedores. Hoje, 90% dos recursos utilizados pela Lei Rouanet são recursos de isenção fiscal. Portanto, é o Estado brasileiro que usa recursos públicos, porque dá isenção fiscal e esses recursos deixam de ser recolhidos.

Apenas 10% da Lei Rouanet são recursos de empresas e desses 10% a metade, 5% portanto, são recursos de empresas públicas. As empresas privadas gastam apenas 5% dos recursos da Lei Rouanet, mas são elas que definem as prioridades, quais os projetos contemplados, com pouquíssima intervenção do Governo Federal. Isso tem que mudar.

Em consequência desse método, a maior parte dos projetos está concentrada no eixo Rio/São Paulo, são projetos que têm uma relação muito forte com o mercado, artista e conhecidos. Os projetos alternativos, menores, são esquecidos e abandonados. Em função disso, o Ministério da Cultura promove um debate em todo o Brasil para mudar a lógica da Lei Rouanet.

Continuará existindo a isenção fiscal, as empresas, se quiserem ter poder para definir os projetos, terão que usar mais recursos próprios. O Governo Federal, através do Conselho Nacional - democrática a sugestão - ele tam-

bém fará uma avaliação por setores ligados às artes e descentralizará os recursos por todo território nacional, que sem dúvida, trará grandes avanços para a questão da cultura.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado, quero inicialmente cumprimentá-lo, primeiro por estar participando de todas as Conferências da nossa região. Tivemos, como V. Exa. citou, um momento importante, uma Conferência Intermunicipal com 22 Municípios da Região Metropolitana. Na mesma passada, em Colombo, e pudemos vivenciar, como fazemos no dia a dia as iniciativas da população na área cultural, que busca, de forma incansável, recursos públicos, que muitas vezes não se encontram, pela dificuldade econômica nas Prefeituras.

Como falamos lá, infelizmente, a questão da cultura acaba ficando meio de lado, em função da gravidade dos problemas da Saúde, as questões sociais, enfim, o drama que aflige os Municípios do Estado do Paraná e do Brasil. É evidente que esta preocupação de V. Exa., especialmente de mudar a forma de gestão da Lei Rouanet, em benefício dos pequenos, sem dúvida é uma grande oportunidade que temos de dar este apoio a tantas iniciativas locais, que não têm nenhuma condição de financiamento.

Portanto, precisamos focar de maneira clara a questão do orçamento estadual, para que se invista mais, e também buscar, através da Câmara Federal, uma mudança de gestão da Lei Rouanet.

Parabéns. Tenho certeza que a cultura deve ter, pelos talentos locais, um bom momento para crescer.

O SR. PÉRICLES DE MELLHO (PT)

Muito obrigado, Deputado. Teria muito mais para falar sobre as Conferências de Cultura, mas deixo para outra oportunidade.

Não queria terminar meu discurso antes de fazer referência ao posicionamento tomado pela Executiva Estadual do PT, no fim de semana passado, em reunião que tivemos aqui em Curitiba sobre a questão da conjuntura eleitoral do Paraná. O partido reafirmou seu objetivo de fazer uma ampla aliança, reunindo no Paraná todos os partidos, destacando o PMDB, PDT, PTB, PP, PV, PC do B, PSC e outros partidos, reunindo todos os que compõem a base de apoio ao Governo Lula num único palanque no Paraná.

A Executiva e o Diretório Estadual reafirmam esta diretriz partidária. Vamos continuar conversando com estes partidos, com o objetivo de ter um único candidato. Isto não significa, e a nota executiva deixa bem claro: *Afirmado, entretanto, ao conjunto do Partido do Estado paranaense, que em momento algum o PT, para alcance dos seus objetivos, ficará refém, aqui no Paraná, do posicionamento dos partidos que compõem a base aliada no nível nacional. Construiremos aqui todas as condições políticas para sustentar o projeto nacional e intervir no*

quadro eleitoral paranaense, evidenciando o papel protagonizado pelo PT na construção e defesa das políticas públicas que estão mudando o Brasil, seja isso dentro da ampla aliança que defendemos ou não.

Ou seja, continuamos buscando esta aliança, mas colocamos nome de candidato próprio. Se isto não for possível, o PT terá todas as condições de caminhar e participar das eleições com candidatura própria. Inclusive foi colocado o nome do ex-Prefeito de Londrina, Nedson Micheletti, que foi Deputado Federal, candidato a Senador; também o nome da nossa companheira Lygia Pupatto, hoje Secretária da Ciência e Tecnologia. Teremos toda a condição de apresentarmos candidatura própria, apesar de que nosso objetivo central é criar um amplo leque de aliança dos partidos que compõem a base nacional do Governo Lula, para lançar no Paraná uma candidatura única, um palanque forte, com condições de governar o Estado com esta aliança e fortalecer a candidatura da companheira Dilma, Presidente do Brasil.

Além disso, a Executiva do PT externa sua solidariedade ao Deputado Lemos, que teve um debate acirrado com o Líder do Governo, eu tive uma posição de mediação neste debate e acho que as coisas estão esclarecidas. Mas, o PT vai defender no orçamento do Estado os 25% para a Educação. E tenho certeza, confiamos no Governo do PMDB, do Governador Roberto Requião, que chegaremos a um consenso nesta Casa a favor da Educação no Paraná, e manifesta nosso partido a solidariedade ao nosso companheiro, Professor Lemos.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado, quando V. Exa. diz que vão defender o orçamento do Estado em 25%, se não me falha a memória há um compromisso do Governador que é de 30%.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Para o ensino básico, desculpe. O posicionamento do Professor Lemos foi que no orçamento não está 25% para o ensino básico; 30% para o ensino superior. Então, este debate deverá ser aprofundado.

Temos também algumas questões com o PDE, que tem relação entre ensino básico e universidades. E tenho certeza absoluta que chegaremos num consenso, os partidos que compõem a base do Governo nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra, no Pequeno Expediente, ao próximo orador inscrito, Deputado Artagão Mattos Leão.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, amigos da imprensa e amigos visitantes.

É uma alegria, mais uma vez, estarmos aqui na tribuna desta Casa de Leis, esta Casa de ressonância do

povo paranaense, e de uma forma especial abordando nesta tarde a questão relativa à nossa reunião da UNALE, a União Nacional dos Legislativos Estaduais, ocorrida na última quinta-feira. Um encontro regional que tem sido promovido pela nossa entidade de representação nas mais variadas regiões do Estado Brasileiro, e tivemos o privilégio de sediar, na última quinta-feira, essa reunião das Regiões Sul e Sudeste aqui em Curitiba, no Estado do Paraná.

É importante destacar, Sr. Presidente, que muito embora fosse uma reunião regional, tivemos aqui, na última quinta-feira, a representação de mais de 18 Estados brasileiros, até porque ao final desse encontro regional aconteceria, como de fato aconteceu, uma Assembleia Geral para a mudança do Estatuto da nossa entidade, que necessitava também da representação de pelo menos 18 Estados brasileiros, e assim ocorreu.

Em nome da UNALE, do nosso Presidente Clóvis, Deputado Estadual da Bahia, agradecemos à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na pessoa do Presidente Nelson Justus, na pessoa do Deputado Alexandre Curi e da Mesa Executiva desta Casa, pela receptividade, pela organização promovida pelo cerimonial, pela boa tramitação dos trabalhos, que acabaram sendo extremamente proveitosos, não somente para aqueles que efetivamente ocupam a função pública no cargo de Deputado Estadual, mas como também para aqueles visitantes que aqui estiveram. Tivemos aqui na nossa Assembleia a participação de 17 Parlamentares. Queremos agradecer ao Presidente Nelson Justus, aos Deputados Alexandre Curi, Strapasson, Cida Borghetti, Duílio Genari, Francisco Bühner, Rosane Ferreira, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Fernando Scanavaca, Caíto Quintana, Belinati, Romanelli, entre outros que se fizeram representar através das duas assessorias, além deste que vos fala, que aqui demonstraram não só a manifestação de carinho ao receber os Deputados dos outros Estados, mas como também o interesse não só pela palestra proferida pelo nosso Governador na abertura dos trabalhos, como também a proferida pelo Secretário do Trabalho do Estado de São Paulo, Guilherme Domingos, como pelo Diretor-Superintendente do SEBRAE na parte da tarde, falando sobre o pequeno e microempreendedor.

É um assunto extremamente atual, uma nova legislação nacional que trata desse assunto, e certamente pudemos ter aqui, na última quinta-feira, uma nova visão da forma como a Administração Pública estará tratando desses assuntos.

Já tivemos aqui nesta Casa, há cerca de dois meses, uma Audiência Pública, parece-me que coordenada pela Deputada Luciana Rafagnin, que também tratava desse assunto, e isso demonstra a importância do tema escolhido. A participação de 85 Deputados Estaduais do Brasil todo, sejam aqui do Estado do Paraná, em número de 17, ou sejam eles dos outros 18 Estados que se fizeram representar, demonstram certamente o interesse de todos nós, legisladores, nesse tema que certamente será uma

ferramenta importante para a formalização da mão de obra.

A mão de obra, o trabalho informal que existe em todos os Estados e em todos os Municípios poderá, com mais facilidade e celeridade, ser formalizado, e teremos condições, dentro da Administração Pública, de instituir novas políticas de incentivo, de instituir novos programas de financiamento - o que é muito importante - para que todas essas pessoas, para que todos esses empreendedores individuais, microempreendedores individuais, que poderão trabalhar naturalmente com o esforço pessoal e tendo mais um funcionário contratado, terão, não só essa facilidade burocrática, como também esse apoio de facilitação de recurso para que uma costureira possa comprar uma nova máquina de costura e deixar de trabalhar com aquela de pedal; para que um sorveteiro possa comprar uma nova máquina de sorvete, aumentar a sua produção e assim viabilizar a sua arrecadação; para que um salão de beleza possa comprar uma autoclave, facilitando e viabilizando assim o processo de higiene a conquista de novos clientes.

Enfim, esse foi o tema tratado, e ficamos muito feliz pela participação significativa da nossa Assembleia, de todos os Estados paranaenses, e mais uma vez, os nossos agradecimentos ao Presidente Nelson Justus pela receptividade e pela forma elegante como sempre recebe os nossos visitantes.

Muito obrigado, Presidente, agradeço mais uma vez pela participação de todos os nobres companheiros, e a UNALE, a nossa entidade de representação, continua à disposição no sentido de auxiliar naquilo que for necessário.

O Deputado Nelson Justus, inclusive, na última quinta-feira, destacava que a nossa Assembleia já criou a Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, no sentido de instrumentalizar toda essa política governamental que ora se propõe para o nosso Estado brasileiro. E certamente, através dessa frente, através do conhecimento adquirido, através dessa parceria que se faz com a UNALE, com o SEBRAE e com todos os Governos Estaduais e Federal, poderemos auxiliar muito a todo cidadão e cidadã brasileiro que precisam de um empurrão e que estavam encontrando muitos entraves burocráticos.

Um grande abraço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna hoje é um assunto que preocupa muito alguns agricultores do Estado do Paraná e também de outros Estados da nossa Federação. Gostaria de falar sobre os quilombolas.

Eu represento diversos Municípios, e um deles é o Município de Guaíra. Lá existe uma comunidade chamada Maracaju dos Gaúchos. E nessa comunidade, em Maracaju dos Gaúchos, em Guaíra, vivem em torno de 90 famílias, Srs. Deputados, têm no total uma área de aproximadamente 600 alqueires. Aí temos agricultores com um alqueire, dois alqueires, cinco alqueires, com raras exceções um ou outro tem 10 alqueires de terra. Esses agricultores em Guaíra produzem 50 mil sacas de soja, 60 mil sacas de milho, produzem cinco toneladas de mandioca, produzem algo em torno de 1 milhão de litros de leite/ano. São 90 famílias que vivem em aproximadamente 600 alqueires.

O que está acontecendo nessa comunidade, como em tantas outras comunidades brasileiras lá fora? Algumas famílias se dizem descendentes dos quilombolas. O decreto presidencial confere aos quilombolas o direito da área que seus antepassados habitavam. Agora, não existe nenhum documento em Guaíra que essas quatro famílias tenham alguma descendência, que já tenham residido nessa propriedade. Tudo isso orquestrado por uma ONG, aqui no Estado do Paraná, chamada Fundação Clóvis Moura, que segue rigorosamente as ordens de uma outra Fundação chamada Zumbi dos Palmares.

Recebi no meu escritório um grupo de agricultores. Um deles deve ter, no mínimo, 50 anos, ele me disse: “Nasci nessa propriedade do meu pai, nós compramos essa área de terra, escrituramos essa terra, tem registro, tem matrícula”. Como o INCRA dá ouvidos a uma ONG. Essas famílias estão preocupadas. Sentem-se desprotegidas pelos nossos Governos Estadual e Federal. Os nossos Governos usam as suas instituições, as suas Secretarias para ainda proteger essas pessoas.

De que forma podemos trazer a paz para o homem do campo? O tema é de suma importância. Se faz necessário que nós Deputados atentemos para isso. Os Governos têm que intervir.

Nessa comunidade devem viver hoje em torno de 350, 400 pessoas, entre adultos, adolescentes, jovens e crianças. O INCRA já foi há dois meses para tentar fazer o levantamento. Esses agricultores se reuniram e não permitiram que o INCRA fizesse a medição. Com toda razão.

Antes desta Sessão, recebi um telefonema de um dos agricultores de Guaíra dizendo que o INCRA está prestes a voltar para fazer a medição. Ele quer saber: para onde vão? Que garantia eles têm? Existe uma frase que diz o seguinte: “Quem não registra, não é dono.” Todos esses agricultores têm sua terra registrada. Foi comprada. Têm pessoas que já receberam herança do seu pai, do seu avô, pagam seus impostos, pagam suas taxas, pagam ITR, tudo em dia. E criamos uma situação preocupante para esses agricultores. Essas ONGs, que se intitulam defensores dos quilombolas e outros “movimentos sociais”, são que recebem o dinheiro do Governo oficial. Há denúncia também que essa própria ONG está recebendo dinheiro oficial do Governo.

Não é possível que aceitemos isso calados, Presidente Nelson Justus! Temos que devolver a paz e a tranquilidade ao homem do campo.

Tenho participado na CNA. Participamos de outros movimentos, quando o próprio Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, que é paranaense, levantou um número e esse número foi divulgado pela Associação das Cooperativas, pela OCEPAR, pela FAEP, por outras entidades também. Ele diz que temos no Brasil algo em torno de mil índios. Claro que esses 400 mil índios têm que ter a sua terra, a sua área, mas eles têm algo em torno de 12% da área total do Brasil, que é área indígena. Quatrocentos mil índios têm 12% da área no Brasil; 190 milhões de brasileiros têm os outros 88%. Agora, vamos começar a contar a terra dos quilombolas? O que vai dar os nossos produtores? Não estou falando de grandes produtores, neste momento, Srs. Deputados. Estou falando de pequenos proprietários, de pequenos produtores do Município de Guaíra,

Quando citei isso, o Deputado Artagão, que não está no plenário agora, me disse que tem o mesmo problema em Laranjeiras. E tenho certeza que temos o mesmo problema nos mais diversos Municípios do Estado do Paraná.

Faz-se necessário, Srs. Deputados, que nós aqui na Assembleia, a Comissão de Agricultura, o Bloco Agropecuário, têm que partir em defesa do proprietário, independente de pequeno, médio ou grande. A denúncia que trago hoje, já falei isso uma vez aqui, mas trago a denúncia agora, oficializando. Em Guaíra, na comunidade Maracaju dos Gaúchos, olha, isso pode trazer problemas sérios naquela comunidade se o INCRA for lá, Deputado Edson Strapasson. Não podemos aceitar isso. Não queremos o conflito, ninguém quer o conflito. O homem do campo quer paz, quer tranquilidade, mas ele quer ter a certeza de produzir, ainda mais quando você fala do pequeno proprietário de dois alqueires de terra, quando você fala de um proprietário de três alqueires de terra, na iminência de ser expulso da sua propriedade que seu avô, seu bisavô já tinha adquirido, que comprou, que tem a escritura.

Espero que o pronunciamento que fizemos hoje, aqui na tribuna, possa encontrar eco, possa encontrar, por parte do INCRA, se não então me assistindo agora, mas com toda certeza a imprensa haverá de divulgar. Senhores da imprensa, são 90 famílias em Guaíra que estão na iminência de perder sua terra, terra legítima, comprada, adquirida, registrada, matriculada no Registro de Imóveis. E vem aí uma ONG. Incentivada pela ONG, vem aí o INCRA, com base num decreto do Governo Federal, querer expulsar essas pessoas, trazer a intranquilidade, Deputado Luiz Nishimori, V. Exa. que é um defensor do setor produtivo. Não dá para aceitar! Primeiro, invasão de terras já é proibida, destruição do patrimônio, meter fogo em casas, meter fogo em máquinas, destruir plantação, matar gado, matar suínos. É isso que está acontecendo nas invasões e a Polícia não pode entrar.

Tenho um requerimento aqui que vai ser votado hoje, que foi pedido para discutir, para ver quantas propriedades temos no Estado do Paraná que têm a sua reintegração de posse já concedida pela Justiça e que não foram cumpridas por parte do Governo do Estado, por quê não foram cumpridas. Já é uma intranquilidade uma área invadida, mas geralmente área invadida é área maior, mas volto a dizer, não quero me tornar repetitivo, mas, paranaenses, Governo do Estado, INCRA, são pequenos proprietários, dois, três, cinco alqueires, um ou outro com 10 alqueires. Vamos devolver a paz e a tranquilidade para esses agricultores, porque não é possível. Senão, amanhã ou depois, vamos ter qual terra para produzir?

O Brasil e o mundo precisam de produção. E o homem do campo quer produzir, seja ele pequeno, médio, grande, seja da agricultura familiar. E esse caso da Guaíra, especificamente, praticamente é agricultura familiar, que tanto é defendida aqui na Casa e que tanto é defendida pelo Governo Estadual e pelo Governo Federal, mas aceitar isso, que uma ONG, com o apoio do INCRA, vá lá trazer a intranquilidade para os nossos agricultores de Guaíra!

Tenho certeza que os Srs. Deputados, cada um tem, como eu disse antes, na sua região também, mas vamos nos aprofundar. Quantas regiões temos aqui no Estado do Paraná na iminência de trazer essas intranquilidade para os proprietários dessas terras, na iminência de trazer a desapropriação, não, de expulsá-los das suas propriedades e dizer, como essas quatro famílias: “Ah, estão procurando. Ah, vou procurar meu tio, um sobrinho meu. Eu vou procurar um neto, um bisneto meu. Alguém que seja meu parente para dizer: olha, eu também sou descendente dos quilombolas”. Mas, que País é este! Onde vivemos! De que forma, de que jeito, dá para aceitar isso com tranquilidade?

Se não bastassem os assaltos e os roubos na minha região, na nossa Região Oeste roubam maquinários de agricultores, equipamentos, sequestram as famílias, que eu já disse aqui da tribuna, agora vem a intranquilidade de querer expulsar os pequenos os miniagricultores, pelas ONGs e pelo INCRA, dizendo que são descendentes de quilombolas.

Não posso aceitar, como cidadão e muito menos como sou um defensor, como grande parte aqui na Assembleia Legislativa, que todos nós, os Deputados, devemos defender, sim, a produção do nosso Estado, seja a produção agropecuária, seja a industrial, ou seja os nossos trabalhadores. É isso que devemos defender, e não permitir que a baderna e a esculhambação tomem conta do nosso Estado e mesmo do nosso País.

Agradeço a atenção do Presidente Nelson Justus, dos Deputados, mas mais uma vez espero que o Governo do Estado, o INCRA, principalmente, dê menos ouvidos a essas ONGs, mas dê muito mais ouvido para quem trabalha, para quem procura o sustento da sua família, não através do Bolsa Família, não através de favores, não dos dependentes, mas que sus-

tentam as famílias e os cidadãos com o seu trabalho, e principalmente com a sua propriedade.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto, no Grande Expediente.

A pedido do Deputado Jonas Guimarães, queremos agradecer a presença do Secretário da Administração do Município de Cianorte. Seja bem-vindo.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras, e Srs. Deputados, senhores que nos acompanham pela televisão, senhores que estão presentes aqui na Assembleia Legislativa.

Vou falar sobre alguns assuntos que acho muito interessantes e que devemos discutir também neste Parlamento. Primeiro, é a questão que envolve os altos salários recebidos por alguns “tubarões” deste País. Professor Lemos, não são só os Deputados os que mais ganham. Não sei se V. Exa., como sindicalista, sabe disso. A notícias de hoje dizem: “*Reajuste para o funcionalismo vai beneficiar alguns servidores*”. Alguns servidores que com o aumento e a elevação do teto, agora de 24 para 25, alguns vão chegar a receber - alguns marajás do Brasil. Sempre dizem que os políticos são os que mais recebem, mas aqui está: a maior remuneração paga pelo serviço público federal é de um servidor da Universidade Federal do Ceará, é um cearense que mais ganha. Ele ganha “pouquinho”. R\$ 46.138,45 mensais. Que beleza! Ele ganhou isso, graças a uma ação na Justiça. É o maior salário do País.

Existem outros marajás ainda. No CEFET da Paraíba, outro paraibano recebe R\$ 33.232,39. Um carioca recebe 28 mil e 251. Um mineiro, 29 mil. Outro no Acre, 28 mil por mês. O maior salário hoje pago a um professor da Universidade Federal é do cearense. Ô, cearense inteligente! Ele ganha mais do que um Juiz, o Presidente, o Governador, quatro vezes mais do que os Deputados. Atenção, professores das Universidades Federais do Paraná e do Brasil, que nos assistem! Quanto é que vocês ganham? Quatro, cinco, oito, seis? Vocês estão mal! Depois dizem que os nordestinos não são os mais privilegiados. Que professor bom esse! Nós, aqui, recebendo salariozinho de três, quatro mil, quem sabe menos, e um cearense, 46 mil.

Estamos acompanhando a questão que envolve a PEC que está sendo votada em Brasília, que dá autonomia às Assembleias do Brasil para legislar no caso de criação de novos Municípios. No Paraná, existem algumas localidades que merecem ser transformadas em novos Municípios. Não aquela loucura de fazer Municípios só por fazer, mas Municípios viáveis, como é o caso

da nossa região dos Campos Gerais, onde temos a entrada de Reserva, que é o Caetano Mendes, pertencente hoje a Tibagi, que está há quase 30 quilômetros de Tibagi e que está às margens da Rodovia do Café. Temos ali São Bento, Alto do Amparo, mais próxima de Reserva do que Tibagi, um sonho daquela comunidade isolada tornar-se independente.

Temos trabalhado para isso e estamos com os estudos bem adiantados. Esperamos, agora, aprovada essa PEC em nível de Brasil, no Congresso, que possamos entrar com um pedido aqui na Assembleia, para a criação desse Município, que será colocado com tranquilidade, com número de eleitores e de habitantes e com capacidade de se tornar um dos grandes Municípios do Paraná, se fizer tudo o que determina a legislação moderna de um administrador, que é uma máquina de acordo com a modernidade administrativa. Tão logo isso ocorra trataremos desse tema aqui na Assembleia, porque acho muito importante para todos nós.

Um tema também que me chama a atenção, que está na Gazeta do Povo de hoje: *Humano convivendo com a dor. Caso Raquel*. Aquela menina de nove anos, que foi encontrada morta em uma mala, como se deixa uma bagagem na estação de Curitiba. Vendo isso fiz uma reflexão. De quem é a culpa de não se solucionar esse caso?

Há dias atrás falamos aqui sobre Segurança e fizemos críticas. Toda hora se fala em Segurança. Quem é o responsável pela Estação Rododiferroviária de Curitiba? Quem é que comanda a Rodoviária de Curitiba? Quem é que administra a rodoviária de Curitiba, Deputado Lemos? Não é o Município de Curitiba? Não é todo-poderoso Beto Richa, que é tido como o administrador mais importante da história do Paraná? Não é o Beto Richa?

Então, por que não criticam a Prefeitura de Curitiba, que não teve capacidade de colocar câmeras na rodoviária de Curitiba, a rodoviária da Capital do Estado, que recebe um grande número de pessoas do Paraná inteiro e do Brasil, e não tem uma câmera instalada?

E daí o crime não tem como solucionar. O cara foi lá, pegou a criancinha de nove anos, picou-a em pedaços, colocou numa mala, jogou num canto da rodoviária de Curitiba e ninguém viu nada. Aí a culpa é de quem? É da Polícia Militar, é da Polícia Civil, é do Secretário ou é do administrador que toca a rodoviária de Curitiba? Esta pergunta fica no ar.

Recentemente a Prefeitura de Curitiba criou aqui alguma coisa municipal, de Segurança municipal, uma Secretaria, e essa Secretaria não deu alguma sugestão para se fazer algo de prevenção naquela rodoviária?

Um ano que essa mãe chora. Maria Cristina, a mãe daquela criança de nove anos. Está aqui. Agora sim, depois que a criança morreu. Deputado Strapasson, aí correu todo mundo para a rodoviária e aí sim, Deputado Strapasson, vigilância - câmera reduz crimes na rodoviária - as câmeras. Agora sim colocaram as câmeras, Deputado Welter.

Então, viu como é fácil criticar? Dar tiro nos outros é fácil, falar mal da Segurança. Agora, quando é na casa de quem critica, daí eu pergunto: agora colocaram as câmeras em Curitiba, na estação rodoviária. Agora tem. Diminuiu o número de assaltos, já pegaram vários assaltantes. Mas ninguém viu que podia se colocar isso? E cadê a bela equipe que falam que é a melhor do mundo, que sabe tudo, que vai fazer isso, não viu que tinha que colocar câmeras na estação rodoviária de Curitiba?

Então, criticar é fácil. Ah, mas a culpa é de quem? Quem administra a rodoviária? É uma fundação? É uma autarquia? mas quem é o chefe da autarquia? É o Prefeito de Curitiba, que podia ter colocado as câmeras lá e não colocou. Por quê? Não viu, não sabia, o assessor dele não colocou. É culpa do assessor. Não é culpa de ninguém. Podia se fazer esse comentário, então, não é? As câmeras que não tem na rodoviária é culpa de quem? Deve ser culpa também desse cidadão que esteve aqui outro dia, o Delazari, é ele o culpado. Deve ser isso.

Só para fazer uma comparação, que quando alguém administra o outro lado do balcãozinho também tem coisa que dá para perguntar, não é? Não é só lado de cá.

E, finalizando, Sr. Presidente, quero tratar deste assunto que acho que é o maior patrimônio da história dos Campos Gerais, o nosso hospital regional, que sem dúvida nenhuma, e o dia que os senhores que estão nos assistindo pela televisão visitarem esse hospital, os senhores vão perceber a importância do que eu estou falando. É um hospital de cinco pavimentos, que vai ter mais de 150 leitos, que vai ter mais de 30 leitos de UTI, um hospital sonhado, desejado e esperado desde o nascimento da história de Ponta Grossa, porque, Deputada Cida, lá em Maringá tem um, hospital regional de Maringá, que serve a Universidade Estadual de Maringá, que forma estudantes; lá em Cascavel também tem; lá em Londrina também tem. A única região abandonada, esquecida, jogada às traças é na região de Ponta Grossa.

Mas, Deputado Guimarães, graças ao trabalho nosso como Deputado, o convencimento ao Governador, o trabalho do Prefeito Wosgrau, que é nosso adversário, mas que nos unimos por uma causa que é de importância, a escolha do local ideal, que era dentro do *campus*. Havia divergência, o Prefeito queria fazer lá fora e eu queria fazer no *campus*, porque eu entendia que aquele hospital iria ajudar na volta do curso de Medicina e estava certo quando convenci o Governador Requião de que o hospital não deveria ser fora e sim dentro do *campus* da universidade.

Hoje o hospital está praticamente pronto, andei essa semana lá e confesso que me emocionei de ver uma obra maravilhosa, magnífica!

Estou começando agora uma campanha, peço o apoio dos senhores para que possamos convencer também o Governador para que a administração do hospital seja da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como é

Maringá, Londrina, Cascavel, enfim, das demais Cidades. Porque o orçamento, e que alguns idiotas diziam lá em Ponta Grossa - porque lá em Ponta Grossa tem muitos idiotas, tem alguns medíocres, aqueles que não acreditam nas coisas, medíocres em toda hora, o falador, o mentiroso, o gigolô da política - que diziam que este hospital não ia sair, é o chamado marqueteiro de plantão: Esse hospital não vai sair, casinha de boneca, cemitério... "Falavam que o hospital não ia sair. Mas esse hospital vai proporcionar uma geração de empregos de quase 2 mil empregos diretos, é um grande investimento na geração de emprego também.

O orçamento da Universidade de Ponta Grossa vai quase dobrar, por quê? Porque esse hospital, hoje, vai ter um curso de aproximadamente 4 milhões por mês, 40 milhões no ano. A obra desse hospital está orçada em 25 milhões, mais os equipamentos em torno de 30, são 50 e poucos milhões. Esse é o custo da obra pronta do hospital regional, e esse hospital, de 50 milhões o custo dele em um ano, é quase o mesmo que construir um novo hospital. Então, a manutenção desse hospital é muito importante!

Para isso estamos trabalhando para que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a sua competência, com o seu desempenho maravilhoso, com a sua transparência, com a sua capacidade de administrar possa tocar este hospital regional. Não tenho dúvida nenhuma que será a grande obra dos Campos Gerais, que vai beneficiar todas as Cidades em volta de Ponta Grossa, vai beneficiar as pequenas Cidades que não têm hoje hospitais, como esse hospital gigante que vem aí.

Sr. Presidente, para terminar, deixo aqui já este pedido, de público, ao nosso Governador, para que os recursos possam ser transferidos para a universidade e que a universidade possa fazer esse curso de Medicina e administrar o hospital. Acho isso muito importante, porque esse hospital é o maior patrimônio dos nossos filhos, dos nossos netos, é o maior patrimônio da nossa vida pública, é a maior obra já realizada na história de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Liderança do PMDB: Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Cida Borghetti.

Quero nesta tarde fazer, na tribuna, um comentário a respeito da Audiência Pública que fizemos na quarta-feira, no plenarinho desta Casa, pela manhã, às 10h, para a qual os Srs. Deputados foram convidados.

Essa Audiência Pública teve como tema a contribuição, através de opiniões, de propostas dos Srs. Prefeitos, Vereadores, lideranças de entidades não governamentais, Srs. Deputados, para que pudéssemos aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 212/08, de minha autoria.

Fizemos, através desta Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Metropolitanos, tivemos a presença da Deputada Rosane Ferreira, Deputados Osmar Bertoldi, Tadeu Veneri e vários Prefeitos da região, que puderam conhecer mais claramente a proposta que propõe um novo modelo de gestão para a nossa Região Metropolitana de Curitiba. E esse modelo de gestão é importante que seja não uma iniciativa de um Parlamentar, não iniciativa de um partido político e nem uma iniciativa de um Governo, porque é uma proposta que está fundamentada.

Quando na condição de Secretário da Região Metropolitana, pudemos concluir, fazer praticamente todo o PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, e constatou-se aquilo que todos nós que vivemos a região conhecemos, que é a falta de um planejamento integrado, que é a falta de políticas públicas em várias áreas, que durante longo tempo foi a realidade da administração da Região Metropolitana.

Digo isso porque infelizmente ficamos relegados ao planejamento municipal, ao planejamento individual dos Municípios que compõem a Região Metropolitana. Uma região desigual, que é composta hoje por 26 Municípios desde a divisa com o Estado de São Paulo até a divisa com Santa Catarina, são mais de 12 mil Km² de território. É uma população equivalente a mais de 30% da população do Estado do Paraná, praticamente 1/3 da população vive aqui em Curitiba e Região Metropolitana. E quando eu falo Curitiba, Curitiba pertence, faz parte, é a nossa Capital, é o nosso núcleo, o nosso polo da grande Região Metropolitana de Curitiba, que é bastante debatida, especialmente quando se fala em Segurança Pública.

O Secretário esteve aqui na semana passada e colocou exatamente a nossa realidade. Somos 1/3 da população do Paraná, mas representamos 48% dos homicídios, 48% do nível de criminalidade do Estado do Paraná. Infelizmente, esta estatística negativa está concentrada na região, porque faltou nas últimas décadas, uma política mais concreta em todas as áreas da região.

As Regiões Metropolitanas do Brasil inteiro foram criadas por lei federal, em 1973. A nossa Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba foi criada em 1974. Portanto, na vigência do regime militar, onde as liberdades democráticas não eram tão intensas.

Evidentemente temos que aperfeiçoar o modelo de gestão, e não queremos mexer no órgão executivo, no órgão estatal que é competência exclusiva do Governo do Estado. Queremos, sim, transformar esse modelo de gestão num modelo participativo, num modelo articulado, onde os 22 Prefeitos da Região Metropolitana terão assento no Conselho Deliberativo, mas não como é hoje, onde eles são apenas um Conselho Consultivo.

E evidentemente não funciona há muito tempo, há muito tempo não há discussão, não há debates no órgão metropolitano, há muito tempo não havia programas específicos de investimentos na região, que no início da década de 80 ainda, onde concentrava os recursos na esfera federal, já naquela época a Região Metropolitana recebia, através de recursos, como o PROPAVI, que é um programa de pavimentação, grandes investimentos. Também a Saúde era praticamente mantida pelos Governos Federal e Estadual, ou seja, os Municípios não tinham uma responsabilidade maior, e também na Educação assim é. Evidentemente os Municípios passaram a receber uma carga social pesada, das políticas sociais, de Educação, de Saúde, da área social, principalmente passaram a responder por esse setor, mas não tiveram a contrapartida econômica necessária.

Temos aí o plano de desenvolvimento, a exemplo de 1982, que já identificava a realidade da região, o crescimento demográfico altíssimo que iria ter, que estávamos tendo na época já, e a necessidade de fazer um planejamento integrado. Infelizmente, os únicos planos que foram feitos naquela oportunidade foram planos que ficaram na gaveta, não houve a ação governamental, não houve investimentos, não houve políticas de sustentação regional, que acabaram transformando a nossa Região Metropolitana na região mais desigual, onde a segregação social, as famílias de menor poder aquisitivo ocuparam o território metropolitano, na periferia da Capital, ocuparam território sem infraestrutura, muitas vezes sem receber e dar condições mínimas, àquelas famílias que aqui chegaram.

Pior que isso foi a forma e necessidade que tiveram as famílias, as mães de família, tendo que buscar o sustento do lar precisando trabalhar fora. E nós vivemos nos últimos 20 anos, intensamente, nos últimos 10 anos, uma realidade deplorável, onde crianças e jovens inocentes, muitas vezes pela exposição à má influência das ruas, estão até hoje sendo cooptadas pelo crime e, infelizmente, vemos crianças, jovens e adolescentes, que estão morrendo diariamente por serem cooptados não por políticas governamentais, não pela escola integral no contraturno que absorva, que crie valores de referências culturais, artísticas, que a criança receba um caminho de profissionalização, o jovem o caminho da educação profissionalizante, para que ele possa sentir-se oportunizado.

Vivemos a segregação social, a exclusão social e, infelizmente, a nossa região, Deputado Belinati, está sendo transformada dia a dia, no território onde há muito mais oportunidades para aquela criança de classe social baixa, da pobreza, ser cooptado na oportunidade do mundo do crime, do que numa oportunidade das políticas governamentais.

Portanto, é necessário, mais uma vez, rever o nosso processo de gestão. É importante que os Governos estabelecidos e os futuros Governos trabalhem uma política permanente, para que possamos enfrentar esse grande desafio que é transformar a sobrevivência das grandes Cidades.

Curitiba jamais vai ter uma qualidade de vida boa se o seu entorno estiver na condição que temos hoje.

Vieram para cá pessoas boas, mas também o crescimento econômico atrai aqueles que, de olho na riqueza, vêm para cá fazer o seu tráfico, buscar aqui a sua oportunidade no mundo do crime.

Portanto, é necessário que tenhamos humildade, que o Governo Estadual e que as Prefeituras Municipais busquem realmente essa articulação, para que eles possam enfrentar o grave problema social que é vivido hoje na Região Metropolitana. É necessário que, de forma articulada e não somente envolvendo todas as esferas de Governo, Deputada Luciana, mas envolvendo a sociedade organizada, as entidades não governamentais que fizeram um trabalho fantástico no Zumbi dos Palmares, que a senhora conhece, que não foi só através das políticas públicas, mas através de uma ação para atrair o jovem, o adolescente, para que ele possa se profissionalizar, para que ele possa ver um lugar ao sol para o seu futuro.

Portanto, estamos encaminhando mais Audiências Públicas regionais, para que o projeto receba mais contribuições e se transforme num projeto de iniciativa da região a ser entendido pelas esferas de Governo e que possamos ter uma sequência de gestão mais profícua e justa socialmente, possamos construir um futuro melhor para a nossa Região Metropolitana de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta a Liderança do PSDB; PDT; PMDB.

(Declinam)

PPS/PMN. Concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estou vendo hoje à tarde, essas notícias estão sendo veiculadas e na semana passada já andou alguma coisa na imprensa sobre esse assunto.

É um assunto que preocupa muito os professores, o motorista de caminhão, o trabalhador da área rural, preocupa os empresários, os Deputados, os Vereadores, os Prefeitos. Em Ponta Grossa, por exemplo, se pegarmos a principal avenida de Ponta Grossa, de fora a fora, se perguntarmos sobre esse assunto que vou falar, as pessoas vão também ficar preocupadas. Isso vale para Londrina, Campo Mourão, o Paraná inteiro. A sociedade, de uma maneira geral, ficará preocupada se acontecer isso que estou vendo noticiado aqui na imprensa: *Policiais Civis ameaçam passeata e paralisação*.

Chegar a esse nível e ter greve de policiais civis. Vi pela televisão há um tempo atrás, num Estado que não me recordo qual, onde os policiais civis tiveram que fazer greve para ter mais dignidade e mais respeito por parte do

Governo. Aqui no Paraná não me recordo de ter havido greve, pelo menos nos últimos nove anos.

Se formos analisar o que é que estão pedindo, querem melhores condições, querem o Plano de Cargos e Salários, que já foi prometido há muitos anos e que tem gente que já fez discurso aqui falando desse benefício, ou desse direito do policial civil e até agora não foi implantado.

Recebemos, na semana passada, o Secretário da Segurança. Como disse para ele, qualquer um que possa ouvi-lo vai dizer que a Segurança está às mil maravilhas!

Depois da Audiência Pública aqui, fui para Campo Mourão, para Araruna, para Janiópolis, Paranavaí. Alto Paraná, Terra Boa, esses são os Municípios que tive oportunidade de trabalhar, visitar nesses dias que tece feriado no final de semana.

Se você conversar com as pessoas na rua, não é tudo aquilo do jeito que foi colocado aqui, não. Ficamos sabendo que tem muitos crimes acontecendo, um roubo, um assalto ou coisas desta natureza, e as pessoas não vão lá na Polícia Civil ou na delegacia para fazer o registro. E este registro não vai para o computador do Secretário, não vai fazer parte das estatísticas.

Ele disse aqui, que tantos por cento das estatísticas estão sendo solucionadas. Só daquelas que vão para o computador. Umas não vão, porque o sistema não funciona, ou porque tem pouca gente para atender também. E agora já tem pouca gente na Polícia Civil, poucos funcionários, poucos escrivães, poucos delegados. Tem delegacia que não tem delegado. É um delegado responsável, mas ele fica numa outra Cidade. Faltam policiais investigadores para irem atrás das informações de como foi que aconteceu um crime A, B ou C. E agora vejo a notícia, na imprensa, que pode acontecer greve.

Quero deixar aqui um pedido ao Governador, antes de conceder apartes, que ele intervenha nesse processo da Segurança Pública e não deixe acontecer, chegar na greve. Vai lá conversar com os policiais, som o sindicato, saber o que é que estão reivindicando. Será que é alguma coisa assim tão impossível de atender? Porque é um setor que realmente não está indo bem, no Paraná, e precisa alguém que comande com pulso firme, para poder restabelecer a ordem e restabelecer o respeito dos comandados para com o comandante.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. sempre com total independência, está aqui para defender os paranaenses. Eu sou um admirador desta postura de V. Exa.

O Governador Roberto Requião - estava na internet vendo a coluna do Fábio Campana - ele passou este final de semana na Ilha Cananéia, não sei nem se é uma ilha, parece que teria sido uma pescaria. E foram utilizados dois helicópteros para dar cobertura ao Governador Roberto Requião, policiamento no ar, na terra, ele foi passear com alguns amigos. Então, o Governador tem bastante segurança, para ele, pessoalmente. E o povo do Paraná está aí, com medo, pavor, pânico.

No tocante aos policiais, lembrar que o policial militar tem aquela hora em que ele trabalha fora do expediente, numa emergência, numa desocupação. Tem tanta emergência que ele é convocado, o policial militar e o policial bombeiro. E ele está clamando por pelo menos o pagamento de seis horas trabalhadas fora do expediente. E de 100 para R\$ 150, o que não é nada para o Governo, mas vai colocar mais comida na panela no policial, porque ele está trabalhando fora do expediente. Em qualquer empresa, se você trabalhou fora do expediente, a lei diz que você tem que receber hora extra.

Esta é a luta do policial militar, que também luta pelo subsídio que V. Exa. assinou, eu e vários Deputados assinamos, mais ainda não temos 33 assinaturas para implantar o subsídio para os policiais militares. E nossa expectativa é que quem assinou lute para voltar, logo que tiver 33 assinaturas, para não ficar mofando pelas gavetas.

E no tocante ao policial civil, estamos apoiando, sim. Se eles fizerem greve, vamos apoiá-los, porque faz cinco anos que o Governo Roberto Requião está prometendo para os policiais civil um Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Cinco anos! Então, não sai o PCCS para os policiais civis, não sai subsídio para o policial militar.

Acho que combater a violência é também equipar bem a Polícia, e acima de tudo pegar bem nossos policiais. Parabéns.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Também faço minhas as palavras do Deputado Antonio Belinati. V. Exa. é um Deputado combativo e muito sério. Faz um grande papel aqui na Bancada da Oposição.

Agora, desta bancada, desta tribuna, eu quis comprometimento do secretário, eu pedi um comprometimento para que ele resolvesse o problema da Polícia Científica, que está passando por um problema sério no Paraná, nem oficialmente é reconhecida.

A questão do fardamento dos policiais, eles têm descontado em seus holerites o valor de R\$ 33 por mês, mas não recebem farda há dois anos. Tem um problema sério no IML, tem um problema sério nos Núcleos do DENARC, que precisamos ter em Campo Mourão e na Cidade de Ponta Grossa, que são Cidades de passagem e precisamos lá de dois núcleos do DENARC, contra as drogas.

Precisamos do comprometimento da Secretaria de Estado da Segurança Pública com relação à valorização profissional e o Deputado Belinati falou muito bem sobre a questão do subsídio, porque não pode ficar mofando, não adianta ter 33 assinaturas e no dia da votação não ter os 33 votos, porque o voto é o mais importante.

Então, está de parabéns! Vamos continuar as nossas cobranças e o Deputado Belinati falou a respeito dos helicópteros, porque o Governador usou dois helicópteros.

Queria saber a respeito de um dos helicópteros, porque neste ano o Governo do Estado comprou um helicóptero e eu queria saber com verba de qual fundo. Se foi a verba do FUNREBOM, esse helicóptero não poderia estar prestando serviço desvirtuado, mas teria que estar sendo utilizado pelo SIATE, pelos bombeiros. Então, fiz um questionamento a respeito dessas aeronaves, e as nossas cobranças vão continuar por melhorias na área de Segurança Pública.

Parabéns, Deputado Douglas!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para concluir, Sr. Presidente, agradecer aos Deputados que me apartearam, o Deputado Belinati e Deputado Marcelo Rangel! Agradecer a atenção de todos os Srs. Deputados e deixar um pedido aqui para que o Governador realmente intervenha rapidamente junto à Secretaria da Segurança, para não deixar os policiais civis fazerem greve.

A população do Paraná não pode arcar com mais esse problema na vida. Chega de falta de segurança, e ainda o policial parar e fazer greve, não dá para imaginar!

Então, deixar aqui o nosso pedido para que os policiais sejam atendidos pelo Governador.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 228/09, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 03/11/09, por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando suas bases eleitorais. **À Comissão Executiva.**

Ofício s/n subscrito pela Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 13 e 26 de outubro do corrente ano, devido ao fato de ser participado de compromissos assumidos anteriormente. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 910/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a construção de acostamento na rodovia PR-323, no trecho entre Paçandu e Água Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 911/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, que seja autorizado o funcionamento, no 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí, da escola de Formação de Soldados - EFS, com 200 (duzentas) vagas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5308, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, requerendo à Mesa a designação de missão oficial para representar esta Casa de Leis, no dia 08 de dezembro do corrente ano, em Brasília, no jantar da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, oportunidade em que receberá homenagem em razão do apoio às causas da radiofusão o Deputado Federal pelo Paraná, Ricardo Barros. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5310, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, requerendo autorização para ausentar-se do País no período de 04 a 17 de novembro do corrente ano, com destino aos Estados Unidos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão Votação

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 521/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a ABDHISCER - Associação Beneficente dos Diabéticos e Hipertensos do Sítio Cercado e Região, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 113/09, de 28/09/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 525/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR, com sede e foro na Cidade de Toledo. **Aprovada. (Publ. no DA nº 114/09, de 29/09/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 537/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que declara de utilidade pública a Igreja Evangélica Cruzada Pentecostal Brasileira de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovada. (Publ. no DA nº 115/09, de 30/09/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 4

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 538/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação do Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Irati - ANAPCI, com sede e foro no Município de Irati. **Aprovada. (Publ. no DA nº 115/09, de 30/09/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a reciclagem de lixo recolhido nas redes de pesca no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a remessa de telegramas com entrega em mãos e mensagens de correio eletrônicas aos candidatos aprovados em Concurso público Estadual. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a organização Frederico Guilherme Heche Virmond, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 456/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública estadual a Organização Frederico Guilherme Heche Virmond, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista o equívoco quanto a nomenclatura da referida organização, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 554/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade a Organização Frederico Guilherme Keche Virmond, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação Vida e Esperança, com sede e foro no Município de Mandaguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado (Publ. no DA nº 107/09, de 16/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 492/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, que tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Vida e Esperança, com sede e foro no Município de Mandaguaçu.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a AMAVIG - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **EMENDA DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 118/09, de 06/11/09, em Projetos de Leis).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 553/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, declara de utilidade pública estadual a AMAVIG - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso, com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que a sede e foro que se consta no artigo 1º do Estatuto Social da AMAGIV - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista é o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 553/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a AMAGIV - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista, com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento n° 5280, de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Antonio Belinati, Felipe Lucas e demais Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar pela aprovação do presente requerimento, no sentido de que as decisões judiciais, devem ser cumpridas pela Secretaria da Segurança Pública. E por óbvio tem o Secretário Luiz Fernando Delazari as condições de informar o que se passa em relação a cada uma. Aliás, há um relatório, Deputado Elio Rusch, circunstanciado desse tema aqui, então acho que é apertar o botão do computador e essa informação virá a esta Casa, e cada uma delas com os fundamentos.

É importante que se verifique fundamentalmente que no Estado do Paraná não temos nenhuma decisão judicial de reintegração de posse que não tenha tido uma tramitação regular, e algumas situações extremamente complexas do ponto de vista social. E isso faz muitos anos. Eu me lembro que em 1995, 1996, esta Casa formou uma Comissão Especial, que eu integrava como relator, presidida pelo Deputado Ângelo Vanhoni, quando houve uma tentativa de desocupação de uma propriedade rural, que resultou em pessoas feridas por arma de fogo, numa situação de extrema violência, que inclusive depois daquela época, com exceção daquele episódio aqui ocorrido na manifestação do MST, o próprio Governador Jaime Lerner achou por bem suspender as reintegrações de posse feitas com força policial. E a partir dali passou sempre por um processo de negociação. Foi um divisor de águas, inclusive dentro do próprio Governo.

Entendo que esta Casa deve tomar conhecimento de todos esses temas aqui, penso que é importante isso. E encaminhamos pela aprovação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Quero agradecer o Deputado Romanelli, como Líder do Governo, em estar de acordo na aprovação desse requerimento, mesmo porque quando eu usei a tribuna no Pequeno Expediente, Deputado Romanelli, eu disse da intranquilidade que se cria com os proprietários de terras hoje em relação aos quilombolas. Temos os quilombolas, temos os problemas das terras indígenas, e os problemas das invasões de terra, até para saber quantas decisões judiciais têm, quantas que já foram outorgadas e conferidas para seus legítimos proprietários, quantas decisões já foram expedidas e se foram cumpridas. E as que não foram cumpridas, qual o motivo? Após a informação por parte do Secretário da Segurança Pública, através da Casa Civil, possamos, juntos, discutir esse documento para devolver a paz e a tranquilidade ao homem do campo. É isso que eles pedem neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui, publicamente, em nome da Liderança do Governo, externar o nosso profundo sentimento pelo falecimento do Prefeito de Porto Rico, Walter Romão. Foi um homem público exemplar. Uma pessoa extremamente atuante a favor do Município de Porto Rico, de toda a Região Noroeste. Militante do nosso partido, PMDB. O Deputado Teruo Kato falou na tribuna sobre o falecimento dele, tomei conhecimento apenas hoje. Ele foi uma pessoa absolutamente comprometida com as políticas sociais, com as políticas de desenvolvimento econômico e social.

Tive o prazer e o privilégio de, nas minhas gestões como Presidente da COHAPAR, desenvolver programas habitacionais no Município de Porto Rico. Walter Romão foi uma pessoa extremamente empenhada em tudo aquilo que fez. Perdemos muito com o falecimento do Prefeito de Porto Rico, Walter Romão, porque, indiscutivelmente, era uma liderança importantíssima para toda região e de forma particular para o nosso partido - PMDB, e também para o Governo. Ou seja, ele foi uma pessoa absolutamente fundamental do ponto de vista das articulações políticas e das boas políticas públicas que permeiam a nossa atuação do nosso Governo. Por isso que Walter Romão vai fazer muita falta na política paranaense, por conta de tudo aquilo que ele fez ao longo de sua vida.

Indiscutivelmente, fica seu exemplo e o sentimento de que precisamos ter pessoas da qualidade de Walter Romão na política do nosso Estado, do nosso País.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente, para ser bem correto, checamos o problema do helicóptero do Governador Requião para ir passear na Cananéia, com um grupo de amigos. Por dever de consciência, vimos fazer uma correção, porque não foram dois helicópteros, foi um helicóptero utilizado e esse helicóptero é particular, é de propriedade do Luiz Mussi. Então, o Luiz Mussi é o proprietário do helicóptero, daí não nos cabe aqui nenhum tipo de interferência, de crítica, a respeito da utilização desse helicóptero por parte do Governador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimentos n°s 5294, 5295, 5311 a 5315, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Neste tema ainda, Sr. Presidente, veja como é o Parlamento. É bonito, não é? Primeiro, sobem à tribuna, vão ao microfone, as trombetas são tocadas e se anuncia aquilo que não existe. Depois, se percebe que nada disso havia acontecido e a notícia já andou, já voltou e entre mortos e feridos não morreu ninguém. É gente bem instruída e gente mal acompanhada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento n° 5288, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5289, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5290 a 5292, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5293 e 5316, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5297 a 5299, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5300 a 5303, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5307, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5309, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5317-A, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5317, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Não pude me pronunciar a respeito do voto de pesar que propus ao companheiro Walter Romão, Prefeito de Porto Rico. Deixa viúva Dona Jussara, ex-funcionária desta Casa. Walter Romão foi funcionário desta Casa também, assessor do Deputado Nilson Sguarezi. Seu pai tinha sido Prefeito de Porto Rico, seu irmão também. Sentimos quando um companheiro se vai. Walter Romão e Dona Jussara foram meus companheiros de PMDB e de campanha política. Fiquei magoado quando vi o Deputado Teruo subir à tribuna e fazer o voto de pesar. Fiquei indignado porque, na última campanha, Presidente, e é difícil falar aqui aos companheiros, o Deputado Teruo foi a Porto Rico falar mal do nosso companheiro, e depois sobe à tribuna, contra o nosso partido. É difícil, dói na alma de quem tem caráter e é companheiro, é amigo, é partidário. Não fica bem para esta Casa. Vamos respeitar os companheiros, a morte de um

companheiro, mas não querer tirar benefício político. É contra. Por isso que falam mal dos Deputados. Não pode. Temos que ter dignidade. Chorar um companheiro, deixa chorar para quem chora, não para quem, talvez, fique feliz com a morte. Fico indignado com a maneira - V. Exa. sentou quando eu estava ao seu lado, Presidente - com a falta de caráter das pessoas que vêm aqui dizer, usar. Eu não aceito isso. Desculpe-me o Deputado Teruo se estiver aqui, V. Exa. tem que respeitar os verdadeiros companheiros do falecido, nosso irmão, amigo, companheiro do Governador Requião e do Pessuti, um homem que fez tudo pelo PMDB do Paraná e não traiu os companheiros, como foi feito na campanha política. Nós, eu e o Romanelli, falamos aqui com dignidade do nosso companheiro que se foi, e não para chorar lágrimas de falsidade por um companheiro do nosso partido, e ele era do nosso partido. Então, não podemos aceitar isso.

Que fique aqui registrada a minha indignação. Eu não aceito isso mais. Precisamos ser verdadeiros, companheiros, não podemos fazer falsidades desse tamanho. Em política, se troca apoio, voto, por mau-caratismo, por favores, por dinheiro, mas temos que respeitar as famílias e o caráter dos homens, como foi Walter Romão. Fica aqui a minha indignação. Ele morreu de enfarte, era fumante, mas foi um construtor de obras, amava aquela Cidade, amava a sua família. Um filho seu está hospitalizado aqui no Hospital Evangélico, talvez isso tenha feito ele morrer. Mas não podíamos deixar passar isso que, talvez, pouca gente sentiu nesta Casa hoje, mas digo isso em memória do meu companheiro, porque falei com a viúva e ela ficou indignada com o que aconteceu aqui no Pequeno Expediente.

Desculpem-me meus companheiros, meus companheiros, meus Deputados, mas não pode ser assim. Temos que zelar pela prudência, a dignidade, a honra, e principalmente por esta Casa. Temos que ter homens dignos aqui, que respeitem as pessoas e os companheiros.

Obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 382 e 442/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 477/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 456, 492 e 553/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 704/07, 504 e 571/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portaria****PORTARIA Nº 222/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12683, datado de 11/10/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde, à servidora desta Poder Legislativo, MARION VARASSIM DE LARA MIGUEL, matrícula nº 40215, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13/10/09, com término em 10/02/10, CID 10 C 44.7.

Gabinete da Diretoria Geral, 26/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 223/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estatutários do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Outubro/2009

217 KATIA MARIA TRINKEL BRUNETTI

607 JULIANE FERREIRA LEITE.

Gabinete da Diretoria Geral, 01/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 224/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Outubro/2009

40018 MARLENE APARECIDA DO VALE

40113 FRANCISCO RICARDO NETO

40209 SUSAN CAROLINA RUTYNA

40265 MARIO CEZAR CRUZ

40268 RUBENS GORNY FILHO

40298 CLEONIR LUIZ CALGAROTTO

40335 ROSA MARIA BASSETI MORAES

40339 AGLAIR DO ROCIO BRUSAMOLIN

40437 MARILENE BOCHNIA SCHAFFER

40522 LIEGE FURIATTI SABOIA

40566 ERNESTINA CHUZ

40603 CLAUDIA RUSSI FARAH

40607 DELORA T. F. DO AMARAL CARVALHO

40689 MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI

40696 RITA DE CASSIA MAYER VISOVATY

40697 IDILIA DEBORA GINESTE

40733 JOSE ESTEVAO DOS SANTOS

40745 MARLI DE VARGAS

40986 SANDRO ROBERTO CORNELIO DA SILVA

40999 ELAINE E. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO.

Gabinete da Diretoria Geral, 01/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 225/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 13259, datado de 26/10/09, deste poder

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ERONI APARECIDA CUSTODIO, matrícula nº 40242, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 13/10/09, com término em 10/04/10, CID 10 E.10 e G.61.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 226/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 13074, datado de 20/10/09, deste Poder.

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de LUCIA CLEBIS DA CRUZ, matrícula nº 40722, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Cerimonial, nível NTC-02, com lotação na Coordenadoria de Cerimonial, os tempos de contribuição constantes da Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Berneck e Cia, por 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, período compreendido entre 12/07/78 e 26/02/79; DCL - Administração e Participações Ltda, por 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 21 (vinte e um) dias, período entre 12/03/79 e 02/03/81; Pizzaria Barracão Ltda., por 06 (seis) meses, 03 (três) dias, período entre 02/08/82 e 04/02/83, Itabras Máquinas e Ferramentas Ltda., por 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias, período entre 18/03/81 e 23/07/81; Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por 02 (dois) anos, 05 (cinco) meses e 20 (vinte) dias, período entre 11/03/83 e 30/08/85, num total de 05 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 05 (cinco) dias, contados para efeito de aposentadoria, conforme artigo 201, parágrafo 9º, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 227/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12860, datado de 15/10/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de CLEONIR LUIZ CALGAROTTO, matrícula nº 40298, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de garçom, nível NBB-04, com lotação na Coordenadoria de Cerimonial, o tempo de contribuição constante na certidão do INSS, em que prestou serviços a: Ana Stelia Menegat, por 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, período compreendido entre 01/06/80 e 15/01/81; Nutrisul Produtos Agropecuários Ltda., por 01 (um) mês e 23 (vinte e três) dias, período entre 02/01/82 e 24/02/82, Nacional Limpeza e Conservação S/C Ltda., 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, período entre 04/03/82 e 29/02/84, num total de 02 (dois) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias, contados para efeito de aposentadoria, conforme artigo 201, parágrafo 9º, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 228/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 13264, datado de 26/10/09, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JOSE LUIS MIGUEL VAZ,

matrícula nº 8036, de 20 (vinte) dias, a partir de 23/10/09, com término em 11/11/09, CID 10 F 39.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 229/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12850, datado de 15/10/09, deste Poder.

R E S O L V E :

mandar incorporar em favor de NEUCI PALOTA, matrícula nº 40541, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NBA-03, o tempo total de contribuição com o INSS, de 26 dias, amparada pelo artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, referente ao período em que trabalhou no Cartório da 11ª Vara Cível de Curitiba, de 01/03/82 a 26/03/82, de acordo com a Certidão de Tempo de Contribuição do INSS em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, 03/11/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:**Pregão Eletrônico**

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 016/09

Protocolo: 11.974/09

Objeto: Aquisição de papel higiênico conforme abaixo.

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor
1	Comercial Borá e Filho Ltda.	400 fardos de papel higiênico, branco luxo picotado, folha dupla, fardo com 64 rolos, cada rolo medindo 30 m X 10 cm.	13.000,00

Minutas de Contratos

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

Modalidade: Convite nº 079/07 - Protocolo nº 2745/07.
Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Café Automatic Ltda.

Objeto: Comodato de máquina de café.

Vigência: 03/10/09 à 03/10/10

Valor: Até 1.500 doses R\$ 0,69

De 1.501 a 3.000 doses R\$ 0,65

Acima de 3.000 doses R\$ 0,58

Dotação: 3390.3947

(a) Diretoria de Apoio Técnico

Modalidade: Tomada de preços nº 002/08 - Protocolo nº 6871/08.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Leda Comércio de Alimentos Ltda.

Objeto: Fornecimento de café da manhã, coffe break e coquetel.

Vigência: 18/11/09 à 17/11/10

Valor: Café da manhã/Coffe Break R\$ 6,50

Coquetel: de 50 a 100 pessoas R\$ 10,20

Coquetel: acima de 100 pessoas R\$ 17,30

Dotação: 3390.3918

(a) Diretoria de Apoio Técnico